

Relatório e Contas 2022



Grupo Montepio



Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matricula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

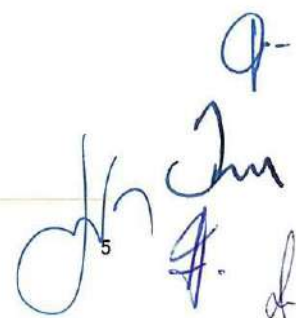
Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral	António Pedro Sá Alves Sameiro	Presidente
	José Maria Câmara	Vice-Presidente
Conselho de Administração	João Carlos Carvalho das Neves, em representação do Montepio Geral Associação Mutualista,	Presidente
	Francisco José Gonçalves Simões	Vogal
	José António Fonseca Gonçalves	Vogal
	Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário Ribeiro de Andrade	Vogal
	Nuno Augusto Pereira Coelho	Vogal
Conselho Fiscal	José Augusto Alarcão Troni	Presidente
	Paula Flores Nóia de Silveira	Vogal
	Maria Fernanda Fernandes	Vogal
	António José Santiago de Freitas	Suplente
Revisor Oficial de Contas	PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representado por Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, inscrita na Ordem dos ROC, sob o nº 952, e na CMVM com o nº 20160569	Efetivo
	Carlos José Rodrigues, inscrito na Ordem dos ROC, sob o nº 1737, e na CMVM com o nº 20161347	Suplente

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1.1. Ano de 2022 em Resumo	6
Destaques.....	6
Síntese de Indicadores.....	8
Setor e Montepio Gestão de Activos – desempenho global	8
1.2. Enquadramento da Atividade	10
Economia.....	10
Mercado Imobiliário Português.....	13
Mercados Financeiros	16
Sistema Financeiro.....	18
Principais Riscos e Incertezas para 2023	20
Enquadramento regulamentar.....	21
1.3. Análise da Atividade	23
Montepio Gestão de Activos	23
Fundos de Investimento Mobiliário (FIM)	25
Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	28
Gestão discricionária de carteiras (GDC).....	32
1.4. Governação e Sistema de Controlo Interno	33
Modelo de governação.....	33
Função de Gestão de Riscos (FGR)	34
Função de Auditoria	35
Função de <i>Compliance</i>	35
Subcontratação e prestação de serviços	35
1.5. Gestão do Capital Humano	36
1.6. Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação do Resultado	37
1.7. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício e Perspetivas para o ano de 2023	38
1.8. Nota Final	40
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	108
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	109

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a smaller signature, and a date '2023'.

1.1. ANO DE 2022 EM RESUMO

Destaques

Estrutura Organizacional

O ano de 2022 ficou marcado pelo processo de fusão, por incorporação da Montepio Valor – SGOIC, S.A. (doravante denominada Montepio Valor) na Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo (doravante denominada Montepio Gestão Activos ou Sociedade), o qual teve na sua génese uma deliberação de cariz estratégico do Conselho Geral do acionista maioritário – o Montepio Geral Associação Mutualista – de outubro de 2020, onde se estabelecia “*que se prosseguisse o reforço do alinhamento estratégico do Grupo*”. Com a operação, objetivou-se a simplificação de estrutura, a obtenção de sinergias e uma alocação de recursos mais eficiente, destacando-se, designadamente, a redução de custos ao nível dos órgãos sociais da Sociedade.

O processo conducente à fusão foi desenvolvido durante o ano de 2022, com o registo do «Projeto de Fusão» a ocorrer em 18 de março e a entrega dos pedidos de autorização conducentes à sua concretização a dar entrada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em 21 de junho. As referidas autorizações foram obtidas por deliberação do Conselho de Administração da CMVM em 22 de novembro, tendo a fusão sido registada em 15 de dezembro passado, mas produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Atividade

- 8ª (oitava) e 9ª (nona) posições, respetivamente no *ranking* das gestoras de FIM e de FII, donde se salienta o Fundo Valor Prime, no segmento dos FII abertos de rendimento, com uma quota de 12,9%;
- 5ª (quinta) posição do *ranking* nacional no segmento da Gestão Discricionária de Carteiras (GDC), com uma quota de mercado de 6,1%;
- Redução de 166 M€ (-10,1%) no segmento da GDC, sobretudo influenciada pelo impacto da rentabilidade média ponderada *year-to-date*, que se mostrou negativa em 8,22%, um valor que, ainda assim, compara favoravelmente com o *benchmark*, em média ponderada, de -9,03%;
- Aumento dos ativos sob gestão no segmento dos FIM (+2,9%; +5,1 M€), suportado na tipologia de fundos de ações;
- Restruturação do *portfolio* de oferta dos FIM: (i) lançamento, em nov/22, do «Montepio Ações EUA», e (ii) fusão, por incorporação, do «Montepio Euro Telcos» no «Montepio Ações Europa» e do «Montepio Global» no «Montepio Multi Gestão Prudente», respetivamente em fev/22 e nov/22;

- No segmento dos FII: (i) deu-se continuidade à política de alienação de ativos com baixo potencial de geração de rendimentos e (ii) aumento dos ativos sob gestão (+2,8%; 11,4 M€), com particular relevo para os Fundos «Valor Prime» (+6%; 17,9 M€) e «Fundinvest» (+10,2%; 5,4 M€).

Resultados

- Aumento das comissões de gestão dos FIM (+32,6%), contrabalançando os decréscimos nos segmentos da Gestão de Carteiras (-32,4%), suportada na diminuição da componente variável (-91,8%) e dos FII (-19,6%), em resultado (i) da liquidação dos Fundos Montepio Arrendamento e Montepio Arrendamento II, em dez/21, e (ii) da redução de capital no Fundo Valor Arrendamento, realizada no final do 1º semestre de 2022;
- Resultado Líquido do Exercício de 329,9 m€, não obstante a redução de proveitos referida, o que representa uma redução de 1,25 M€ em relação ao período homólogo;

Dimensão e Capital

- Redução do Ativo Líquido em 812,3 m€ (-7,9%) face a 2021, enquanto o Passivo fechou o exercício de 2022 com uma redução de 376,7 m€ (- 14,9%);
- Redução do Capital Próprio influenciada pela distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2021, o qual se tinha mostrado muito positivo, e ainda ao dividendo extraordinário respeitante à venda das ações da «Montepio Valor», adquiridas pelo Montepio Geral Associação Mutualista;
- Confortável situação ao nível dos Fundos Próprios, os quais excedem significativamente, os requisitos mínimos legalmente exigidos para 31 de dezembro de 2022.

Performance

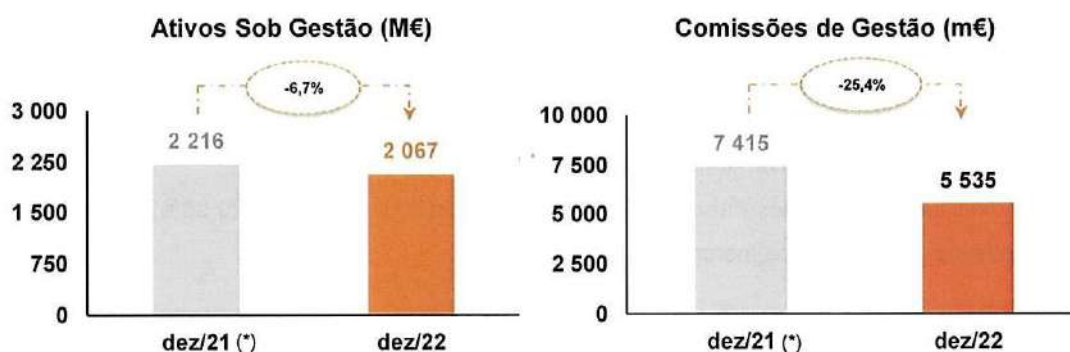
- "Melhor Fundo de Investimento Imobiliário Aberto", atribuído ao «Valor Prime» pela APFIPP/Jornal de Negócios, distinguindo a excelência nacional na gestão;
- Prémio da categoria "Melhor Fundo Nacional de Ações", atribuído ao «Montepio Euro Energy», na IV Edição Prémios Rankia Portugal - Fundos de Investimento;
- 1º lugar no *ranking* das rendibilidades dos fundos nacionais (elaborado pela APFIPP) para o Montepio Euro Energy, com uma rendibilidade de 15,56%;
- Rendibilidades anuais dos Fundos «Fundinvest» (10,21%) e «Imourbe» (9,38%), acima dos respetivos referenciais de mercado.

Síntese de Indicadores



Fonte: APFIPP, dados de dez/2022 para Quota de Mercado

	MGA 31.12.2021	Fusão com MV	MGA 31.12.2022
Atividade e Resultados (euros)			
Ativo Total Líquido	3 997 637	6 266 018	9 451 398
Comissões de gestão	2 819 038	4 596 072	5 534 765
Fundos Mobiliários	530 776	-	703 960
Fundos Imobiliários	-	4 596 072	3 282 986
Gestão Carteiras - fixa	1 268 524	-	1 464 436
Gestão Carteiras - variável	1 019 738	-	83 383
Produto Bancário (PB)	2 617 342	4 511 899	5 280 649
Resultado Líquido	614 661	966 903	329 953
Rendibilidade e Eficiência			
Capital Próprio (CP)	3 249 248	4 491 555	7 305 274
ROA (rentabilidade do Ativo)	15,38%	15,43%	3,49%
ROE (rentabilidade dos CP)	18,92%	21,53%	4,51%
Custos de estrutura / PB	69,1%	71,5%	90,6%
Custos com pessoal / PB	48,5%	51,9%	55,1%
Nº Trabalhadores	15	27	38



(*) Os valores de dez/21 englobam os Ativos Sob Gestão e as Comissões de Gestão da Montepio Valor (MV) e da Montepio Gestão de Activos (MGA).

Sector e Montepio Gestão de Activos – desempenho global

O mercado global dos fundos de investimento fechou o exercício de 2022 com uma redução de 1,6 mil milhões de euros (mM€) face a 2021, invertendo o ciclo de crescimento dos três anos anteriores, essencialmente explicado pelo *"facto de o montante de unidades de participação amortizadas ter superado em 1,4 mil milhões de euros o montante emitido"*, conforme aponta o Banco de Portugal (BdP) na sua publicação *"Fundos de investimento: nota de informação estatística de dezembro de 2022"*, de 10 de fevereiro de 2023. Ainda segundo a mesma nota, os fundos imobiliários e de obrigações foram os que mais unidades de participação amortizaram, enquanto os fundos de ações registaram um comportamento inverso, com as emissões a superarem as amortizações em 400 milhões de euros (M€). Já o efeito «desvalorização» foi materialmente mais notório nos fundos de obrigações (1.000 M€), seguido dos fundos de ações e mistos (ambos 600 M€), cuja origem está, segundo o BdP, *"sobretudo relacionada com a desvalorização dos títulos de dívida e de capital detidos por estes fundos"*. Em termos globais, os fundos imobiliários voltaram a constituir o tipo de fundos mais representativo do setor, registando uma quota de cerca de 40% no total de ativos dos fundos de investimento.

No final de 2022, a Montepio Gestão de Activos totalizava 2.066,7 M€ ativos sob gestão, dos quais, 180,9 M€ (+2,9%; +5,1 M€, que em 2021) relativos ao segmento dos FIM, 411,6 M€ (+2,8%; +11,4 M€, que em 2021) da atividade dos FII, e 1.474,2 M€ relativos à GDC, segmento que observou uma redução em termos homólogos de 166 M€ (-10,1%).

Na dinâmica da atividade, de realçar os resultados obtidos em termos de subscrições líquidas de resgates, com os FIM a observarem um *gap* positivo de 17,6 M€, enquanto na categoria dos FII, o fundo aberto de rendimento *Valor Prime*, verificou uma produção líquida de 13,7 M€. Relativamente às transações de imóveis nos FII, destaca-se a alienação de 81 imóveis, num total de 12,6 M€ (valor de escritura), materializando oportunidades de mercado, aportando valor aos Fundos alienantes, enquanto ao nível das oportunidades de investimento, de notar a aquisição de um conjunto de imóveis pelo Fundo *Valor Prime*, no total de 2,04 M€, para o que se identificou um interessante potencial de geração de rendimentos futuros.

No que respeita à posição relativa no mercado, a Sociedade ocupava as oitava e nona posições, respetivamente no *ranking* das gestoras de FIM e FII, salientando-se o *Valor Prime*, no segmento dos FII abertos de rendimento, com uma quota de 12,9%, enquanto a GDC, com uma quota de 6,1%, ocupava a quinta posição, logo atrás das quatro maiores gestoras, associadas aos maiores grupos financeiros a operar em Portugal.

Ao nível da rentabilidade, destacaram-se vários fundos geridos pela Sociedade, com particular relevo para o FIM *Montepio Euro Energy* que, com uma rentabilidade de 15,56%, atingiu o 1º lugar no que se refere à rentabilidade anual de todos os fundos nacionais. Na categoria dos FII, realce para os Fundos *Imourbe* e *Fundinvest*, que observaram rentabilidades superiores aos respetivos referenciais de mercado.

1.2. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

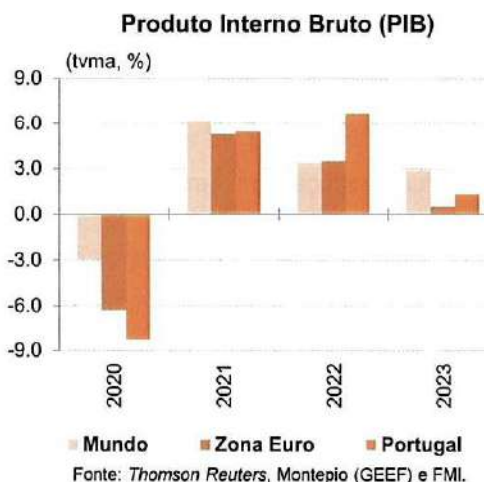
Economia

Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 31 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global (em paridade do poder de compra) de 2,9% para 2023, mais 0,2 p.p. (pontos percentuais) do que o projetado em outubro, embora representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

O FMI prevê igualmente que a economia global volte a acelerar em 2024 (+3,1%), mas devendo permanecer a crescer abaixo da média anual de 3,8% no período 2000/2019. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar na economia global: a resposta ao aumento da inflação e a guerra na Ucrânia. Apesar disso, o FMI considera que as perspetivas são menos sombrias do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação, cuja média global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024 (embora ainda acima do valor médio pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de 3,5%).

O FMI assinala que a política monetária está a contribuir para a descida da inflação, apesar da inflação *core* – que exclui preços de energia e de alimentação – ainda não ter atingido o seu pico em muitos países.



O FMI identifica também os efeitos favoráveis da reabertura da economia chinesa, após a política de "Covid-zero" adotada nesse país, referindo que a repentina abertura da China cria as condições para uma recuperação rápida da atividade. Também as condições financeiras internacionais melhoraram por causa de uma menor pressão da inflação, enquanto a desvalorização do dólar nos últimos meses, desde o seu pico em novembro, permite uma ligeira recuperação nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2022 a exhibir um crescimento em cadeia de 0,6% no 1.º trimestre, tendo acelerado, inesperadamente, no 2.º trimestre, para um crescimento de 0,9%, não obstante o impacto do conflito militar na Ucrânia, e continuado a crescer ao longo da 2.ª metade do ano, apesar de em abrandamento (+0,3% e +0,1% nos 3.º e 4.º trimestres).

[Handwritten signatures and initials]

Depois do crescimento médio anual da Zona Euro de 5,3% em 2021, que sucedeu à forte contração de 6,3% em 2020, a economia da região conseguiu expandir-se 3,5% em 2022, superando as expectativas da generalidade das entidades internacionais e com o melhor final de 2022 a implicar também uma revisão em alta das perspetivas para 2023.

Consequentemente, o FMI reviu em alta, no final de janeiro, a sua anterior previsão de crescimento do PIB da Zona Euro (divulgada em outubro de 2022), de 0,5% para 0,7%, o mesmo tendo sido feito pela Comissão Europeia, em meados de fevereiro, dos 0,3% (previstos em novembro de 2022) para 0,9%, superando as projeções da generalidade das restantes entidades (em novembro, a OCDE previu +0,5%, ao passo que o Banco Central Europeu (BCE) previu +0,5% em dezembro).

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação – a taxa de crescimento homólogo do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, que representou máximos desde setembro de 1982 (+10,7%) –, que refletiu, em grande medida, a evolução dos preços da energia (problema que já se verificava e que foi exacerbado com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia), tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o BCE deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o término das aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP), tendo depois, ao longo da 2.ª metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, com subidas nas reuniões de julho (de 50 p.b.), de setembro e outubro (ambas de 75 p.b.) e de dezembro (de 50 p.b.).

Tratou-se do mais agressivo ciclo de subida de taxas de juro do BCE, com as taxas de referência a aumentarem 250 p.b. em cinco meses, quando em ciclos anteriores esses aumentos, no mesmo prazo, foram entre 50 p.b. e 100 p.b. Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 3,00% e a taxa de depósitos nos 2,50%, tendo o BCE prosseguido este ciclo de subidas já em 2023 (subiu em 50 p.b. em fevereiro).

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2022 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 2,4% no 1.º trimestre, a acelerar bastante face ao trimestre anterior (+1,9%) e a superar os anteriores máximos históricos registados no 4.º trimestre de 2019, ultrapassando, assim, os níveis pré-pandemia.

Após um abrandamento no 2.º trimestre de 2022, com uma subida de apenas 0,1% (em parte resultante da correção técnica dos problemas estatísticos de medição da atividade que se terão observado no 1.º trimestre), o PIB voltou a acelerar na 2.ª metade do ano, acabando por superar as expectativas da generalidade das entidades (+0,4% e +0,2% nos 3.º e 4.º trimestres).

Em termos anuais, o PIB registou, assim, um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois da expansão de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica, tendo fechado 2022 cerca de 3,2% acima do PIB em 2019.

Para 2023, é esperado um marcado abrandamento do crescimento, com o Governo a assumir no Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023), publicado em outubro de 2022, um crescimento de 1,3%, abaixo dos 1,5% previstos posteriormente (em dezembro de 2022) pelo Banco de Portugal (BdP), mas acima das previsões das principais entidades internacionais (a OCDE previu +1,0% em novembro e a Comissão Europeia +0,7%, ao passo que o FMI projetou, ainda em outubro, +0,7%).

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, assistiu-se também a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, a qual passou de 2,8% em dezembro de 2021, para 9,8% em dezembro de 2022, tendo em outubro atingido 10,6%, um máximo desde o início da série histórica, em janeiro de 1996, com a inflação média anual a ascender a 8,1% para 2022 (+0,9% em 2021). Tal como observado na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), um aumento da taxa de desemprego, dos 5,9% de dezembro de 2021 para 6,7% em dezembro de 2022, traduzindo o agravamento observado, sobretudo, na reta final do ano, mas registando-se, em termos anuais, uma redução desta taxa, dos 6,6% verificados em 2021 para 6,0% em 2022. O diferencial entre o crescimento da produtividade aparente do trabalho e o crescimento dos salários em termos reais alargou-se muito substancialmente em 2022, tendo atingido um valor máximo desde 1972. De acordo com as previsões de novembro da Comissão Europeia, deverá observar-se em 2023 uma redução dos salários reais, pelo 2.º ano consecutivo, conduzindo a uma perda acumulada em 2022 e 2023 de cerca de 5%.

As finanças públicas beneficiaram do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, que, em contabilidade pública, subiu 11,0% (+14,6% face a 2019), suportado pelo aumento da receita fiscal (+13,8%), com um crescimento de 16,5% dos impostos diretos e de 11,5% dos impostos indiretos, nomeadamente em sede de IVA (+18,6%), que também beneficiou da forte recuperação das receitas turísticas, com a subida do IVA a ser a maior desde 1994.

Assim, o défice orçamental (em % do PIB) terá caído em 2022 dos 2,9% observados em 2021 para um valor um pouco abaixo dos 1,9% assumidos pelo Governo no OE 2023, devendo o rácio da dívida pública sobre o PIB ter registado em 2022 uma descida superior a 10 p.p. face aos 125,5% registados em 2021, no que terá representado a maior queda anual desde, pelo menos, 1973.

O défice da balança corrente terá se agravado em 2022, dos 1,2% do PIB observados em 2021 para um valor em torno de 1,5%, face à redução da taxa de poupança dos particulares em 2022 (passou dos 9,8% em 2021 para 4,7%), que prolongou a trajetória iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), depois da marcada subida observada em 2020, para 11,9% (7,2% em 2019), devido à quebra do consumo originada pela pandemia.

Mercado Imobiliário Português

De acordo com a análise do BdP efetuada no Relatório de Estabilidade Financeira (REF) de novembro, em Portugal, os preços no mercado imobiliário residencial aumentaram com ainda maior intensidade em 2022. Segundo os dados do INE, o crescimento homólogo do Índice de Preços da Habitação (IPHab) atingiu 13,1% no 3.º trimestre de 2022, impulsionado por uma subida em cadeia de 2,9%, com o índice a renovar níveis máximos históricos e a exibir crescimentos acima dos observados no final de 2021 (respetivamente +11,6% e +2,7% no 4.º trimestre de 2021).

Não existindo ainda dados do 4.º trimestre, os preços deverão ter continuado a subir, atendendo aos dados do valor mediano de avaliação bancária à habitação, que continuou a aumentar, com uma taxa de crescimento homóloga de 13,5% em dezembro de 2022, embora em desaceleração (+13,9% em novembro de 2022).

A aceleração dos preços das casas em 2022 ocorreu após uma variação média anual de 9,4% em 2021, prolongando a trajetória de crescimento iniciada no 2.º trimestre de 2015 (com a única exceção da ligeira queda de 0,5% observada no 3.º trimestre de 2020), conduzindo a novos máximos históricos.

Por seu lado, o número de transações de imóveis para habitação interrompeu em 2022 a tendência de crescimento, aliviando dos níveis máximos históricos observados no final de 2021, quando se transacionaram 165 682 alojamentos familiares (+20,5% que no ano anterior), em recuperação da queda de 11,2% em 2020 (a 1.ª descida anual desde 2012), devido ao impacto da pandemia.

De acordo com dados do INE, em 2022, as vendas de alojamentos familiares exibiram uma descida homóloga de 2,8% no 3.º trimestre de 2022 (+4,5% no trimestre anterior) e uma redução em cadeia de 3,2% (após +0,1% no 2.º trimestre e -5,1% no 1.º trimestre), embora com o valor das habitações transacionadas no 3.º trimestre de 2022 a aumentar 9,6% em termos homólogos.

Segundo o BdP, a participação de não residentes no mercado imobiliário português continuou a aumentar em 2022, representando 11,2% do valor total transacionado no 1.º semestre do ano, o que correspondeu a 6,1% do número de transações. Nesse período, o número e o montante de transações imobiliárias residenciais por não residentes cresceu, respetivamente, 24% e 58%, em comparação com o mesmo período de 2019.

Já a potencial perda de rendimento real das famílias e a expectativa de continuação do aumento das taxas de juro tenderão a continuar a provocar uma redução da procura de habitação pelos residentes.

Por seu lado, o enquadramento macroeconómico e geopolítico condiciona a evolução da procura por não residentes. Os mesmos fatores que condicionam a procura por residentes poderão contribuir para a redução da procura de não residentes. Contudo, segundo o BdP, a localização geográfica de Portugal, longe do conflito, os preços médios ainda inferiores aos de vários países europeus (não obstante os aumentos ocorridos desde 2015) e as condições de segurança e estabilidade que têm tornado o país um destino desejável, tenderão a continuar a suportar esta procura. De realçar ainda a manutenção do regime dos vistos *gold* (embora com limitações em termos do local de investimento) e dos benefícios fiscais para residentes não habituais e a criação recente do regime dirigido a "nómadas digitais".

Acresce que o mercado imobiliário residencial deverá permanecer atrativo para a diversificação de carteiras, em particular, num contexto de perturbação dos mercados financeiros internacionais. Adicionalmente, as expectativas de inflação mais elevada do que a registada nos últimos anos podem promover a procura de imobiliário residencial por motivos de *hedging*, para reserva de valor.

De notar também que a oferta de habitação tem se mantido incapaz de responder à procura. Segundo dados do INE, no 3.º trimestre de 2022 foram licenciados menos 7,7% edifícios que no mesmo trimestre do ano anterior (-6,6% no 2.º trimestre de 2022) e menos 3,0% do que no 3.º trimestre de 2019. Às dificuldades de licenciamento acrescem as perturbações das cadeias de abastecimento de materiais, a falta de mão-de-obra e o aumento do custo dos fatores produtivos. Por seu lado, o aumento dos custos de construção, incluindo da mão-de-obra, pode reforçar a tendência de aumento dos preços da habitação.

No entanto, segundo a análise do BdP, as restrições na oferta de habitação também significam que, em caso de redução da procura, não será expectável um excesso de oferta de habitação que requeira um período prolongado para que seja absorvida pelo mercado. A economia está agora menos dependente do setor da construção (o peso do VAB da construção no total do VAB da economia desceu de 5,1% no 4.º trimestre de 2009 para 3,6% no 3.º trimestre de 2022) e a exposição do sistema bancário a este setor é também menor do que na crise de dívida soberana (peso de cerca de 20% no total do crédito concedido a sociedades não financeiras, face a perto de 40% no final de 2010).

De acordo com o BdP, estes desenvolvimentos ocorrem num contexto em que persistem os indícios de sobrevalorização do imobiliário residencial em Portugal. Contudo, como o BdP tem referido em análises anteriores, estas estimativas não consideram diretamente fatores como a procura por não residentes e para atividades turísticas, que têm contribuído para a evolução dos preços neste mercado. Não obstante, o BdP considera que a conjuntura atual, caracterizada por um aumento do custo do crédito, poderá traduzir-se numa moderação do crescimento dos preços do imobiliário residencial ou mesmo nalguma correção.

O BdP considera que o recurso ao mercado de arrendamento poderá diminuir a pressão da procura de imóveis, moderando a dinâmica de crescimento dos preços e do crédito à habitação. Segundo dados do INE, o número e valor mediano das rendas de novos contratos mantiveram a tendência de aumento em 2021, crescendo 9,4% e 7,7%, respetivamente (+9,7% e +5,5%, em 2020), com o valor mediano das rendas a manter-se em crescimento em 2022 (+7,6% no 3.º trimestre de 2022 face ao período homólogo), mas com o número de novos contratos a exibir uma queda face ao período homólogo (-5,5% no 3.º trimestre de 2022).

De resto, segundo as análises do BdP, o dinamismo do mercado de arrendamento mantém-se inferior ao do mercado de compra e venda de habitação, pelo que o rácio *price-to-rent*, que compara a evolução dos preços da habitação e das rendas, continua a aumentar em Portugal. O BdP considera, assim, que o mercado de arrendamento se mantém resiliente e prevê um aumento das rendas a curto prazo, refletindo o crescimento da procura, juntamente com uma oferta restrita.

De notar que a pandemia originou evoluções diferenciadas no mercado imobiliário residencial e comercial, quer em Portugal, quer na Zona Euro. Os preços de alguns subsectores do imobiliário comercial mostraram-se menos resilientes, mas registou-se uma recuperação em 2021. Segundo o índice da *Morgan Stanley Capital International* (MSCI), apresentado na análise do BdP, os imóveis comerciais registaram uma desvalorização de 3,8% em 2020 em Portugal. Os segmentos de comércio a retalho e hotelaria, mais afetados pelas restrições à mobilidade, apresentaram desvalorizações de 6,3% e 7,0%, respetivamente. Já em 2021, registou-se uma recuperação da valorização dos imóveis comerciais, com o índice MSCI a aumentar 1,6%, tendo o crescimento sido transversal a todos os segmentos.

Entretanto, em 2022, e segundo os dados apresentados pelo BdP no REF de novembro (em análise aos dados publicados no Relatório *Cushman&Wakefield – Marketbeat Portugal*; outono 2022), observou-se, entre janeiro e setembro de 2022, um aumento do volume de transações e dos preços praticados nos diversos segmentos do imobiliário comercial.

Por seu lado, o Índice de Preços das Propriedades Comerciais do INE (IPPC) aumentou 5,1% em 2021 (ainda não estão disponíveis dados referentes a 2022). Este índice tem registado crescimentos moderados nos últimos anos, incluindo em 2020 (+2,8%), e uma evolução menos volátil que o índice MSCI (esta diferença poderá dever-se a diferenças nos imóveis considerados e nas metodologias seguidas, com o IPPC a ser calculado com base nos preços de transação

de imóveis comerciais, enquanto o índice MSCI espelha a valorização dos imóveis de uma amostra).

De referir ainda que, segundo a análise do BdP (aos dados do *Global Commercial Property Monitor*, *Royal Institution of Chartered Surveyors – RICS*), no 2.º trimestre de 2022, diminuiu a percentagem dos operadores de mercado que avalia os preços no mercado imobiliário comercial como adequados em Portugal, por contrapartida do aumento da perceção de sobrevalorização. Portugal tem vindo a aproximar-se das perceções da Zona Euro, com apenas cerca de metade dos operadores a considerarem os preços justos. Na Zona Euro diminuiu, ligeiramente, a proporção de operadores que considera os imóveis muito caros, a qual é negligenciável em Portugal.

De acordo com o BdP, o atual enquadramento económico e financeiro, com previsão de abrandamento económico e de aumentos das taxas de juro, condiciona as expectativas deste mercado, tendo a perceção relativa à fase atual do ciclo do imobiliário comercial diminuído no 2.º trimestre de 2022, em Portugal e na Zona Euro. A incerteza pode levar ao adiamento das decisões de investimento e os indicadores avançados disponíveis apontam para uma atitude de cautela, face à eventual alteração da fase do ciclo. De resto, em Portugal, mais de dois terços das opiniões apontam para uma inversão do ciclo imobiliário comercial, com 42% a acreditarem que se atingiu um pico e 26% que o mercado se irá contrair.

Mercados Financeiros

O ano de 2022 ficou indiscutivelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro), que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia por parte do Ocidente e uma escalada dos preços das *commodities*, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

A condicionar também o sentimento do mercado esteve a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19 (e que provocaram novas medidas restritivas em algumas economias, nomeadamente na China, com a adoção da política de “Covid zero”, que condicionaram, significativamente, a atividade económica no país, sobretudo no 2.º e 4.º trimestres), a intensificação das pressões inflacionistas (muito agravadas com o espoletar da guerra na Ucrânia e que só mais perto do final do ano começaram a dar sinais de alívio, embora permanecendo muito elevadas) e a consequente resposta por parte dos principais bancos centrais, no sentido de colocarem as suas políticas monetárias mais restritivas.

De realçar também a continuação das preocupações relativamente ao anterior ritmo de subida das ações, reforçadas com o aumento das *yields* da dívida soberana, sobretudo ao nível das

empresas mais endividadas e mais expostas ao ciclo económico, bem como com os dados económicos divulgados ao longo do ano de 2022, que continuaram, de um modo geral, a evidenciar um abrandamento da atividade nas principais economias, designadamente após o início do conflito.

O ano de 2022 ficou inclusive marcado pelo aumento da probabilidade atribuída a uma recessão global em 2023 – embora, no final de janeiro deste ano, o FMI tenha vindo referir que essa recessão poderá ser evitada –, espoletada pela redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação, e pelo impacto sobre a procura agregada do referido endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes quedas em 2022, com o S&P 500 a cair 19,4% no total do ano e a apresentar o pior 1.º semestre (-20,6%) desde mais de 50 anos (embora depois do forte crescimento de 26,9% em 2021, naquele que havia constituído o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999). O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%, a maior queda desde 2008), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o Eurostoxx 50 perdeu 11,7%, mas com o índice português *PSI* a conseguir valorizar 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias (outra exceção foi o britânico *FTSE 100*: +0,9%), depois de já ter subido 13,7% em 2021, naquele que havia sido o melhor desempenho anual desde 2017. O índice *MSCI* global desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As *yields* da dívida pública de referência subiram bastante nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas.

Na Alemanha, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 p.b., para 2,764% (+275 p.b. nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior subida desde, pelo menos, o início dos anos 90.

Nos EUA, as *yields* a 2 anos subiram 369 p.b. para 4,426% (nos 10 anos, +236 p.b. para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos também nos *spreads* dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 p.b., para um *spread* de 214 p.b.), seguida da Grécia (+54 p.b., para 205 p.b.) e de Portugal (+37 p.b., para 102 p.b.), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 p.b., para 109 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as taxas Euribor apresentaram também marcadas subidas em 2022 (+270 p.b. nos 3 meses,

+324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas Euribor fecharam 2022 em terreno positivo em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693% nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e inícios de 2009.

Os índices gerais de *commodities* registaram, igualmente, fortes subidas, com o índice compósito *CRB Index* a avançar 19,5% e o *GSCI* 8,7%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 14,2%), num contexto de aumentos dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 10,5% e 6,7% (os preços do gás na Europa subiram 13,0% face ao fecho de 2021, após já terem aumentado 243% em 2021, embora fechando o ano de 2022 num nível 76% abaixo do máximo histórico de final de agosto), das agrícolas (fizeram máximos históricos no ano, em meados de maio), do gado e dos metais preciosos (apenas marginalmente), sendo, no entanto, penalizado pelos metais de base (mas que chegaram, no entanto, a fazer máximos históricos no ano, no início de março).

Sistema Financeiro

No ano de 2022 o sistema bancário português continuou a cumprir o seu papel no financiamento da economia através da atividade de concessão de crédito: o saldo do crédito concedido a particulares teve um crescimento homólogo de 4,2 mM€ (taxa de variação homóloga (tvh) de 3,3%), com especial destaque para a evolução do crédito à habitação que, com uma variação de 3,4 mM€ (tvh: 3,5%), representou 80% do crescimento total do crédito a particulares. Já o crédito ao consumo subiu 1,6 mM€ (tvh: 8,1%).

O crédito novo concedido a particulares em 2022 foi superior em 8,7% face a 2021 (23,9 mM€ em 2022 e 22 mM€ em 2021), tendo a taxa de juro média dos novos empréstimos à habitação acompanhado a evolução das taxas indexantes Euribor, aumentando de 0,83% (dezembro de 2021) para 3,24% (dezembro de 2022).

No segmento das empresas não financeiras, o saldo de crédito diminuiu 0,3 mM€ no mesmo período (tvh: -0,4%). Contudo, salienta-se que o montante de novos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas em 2022 aumentou 1,2 mM€ face a 2021, atingindo 22 mM€ em 2022. As taxas de juro do crédito novo concedido a empresas aumentaram de forma semelhante ao segmento de particulares (+2,4 p.p.).

Em dezembro de 2022, os setores económicos mais representativos no total de crédito concedido por bancos portugueses a empresas continuaram a ser o "comércio, restauração e hotelaria" e a "construção e imobiliário" (27,7% e 21,1%, respetivamente, do total do crédito a empresas, face a 27,6% e 20,5% em 2021).

Consequentemente, os setores relacionados com o comércio e turismo assumiram a liderança na concessão de crédito a empresas não financeiras, tomando, desde 2019, a posição que foi detida pelo setor imobiliário nas décadas anteriores. Realça-se igualmente o peso do setor da indústria, que entre 2021 e 2022 aumentou de 20,4% para 20,7%, encontrando-se próximo dos valores observados para os setores mais relacionados com o imobiliário.

No que respeita aos depósitos, no segmento de particulares observou-se um aumento de 5,5% (+9,6 mM€), enquanto nas empresas esse crescimento foi de 8,9% (+5,5 mM€).

Os novos depósitos a prazo de empresas atingiram o valor de 21,5 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,97%) e os novos depósitos a prazo de Particulares totalizaram 49,4 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,35%).

Com o maior crescimento dos depósitos face ao crédito, o rácio de transformação (medido através do crédito a clientes líquido sobre os depósitos de clientes) manteve a trajetória descendente que tem vindo a observar desde 2010 situando-se em 79% (setembro de 2022), - 2,1 p.p. do que em dezembro de 2021, atingindo um mínimo histórico de 25 anos.

A proporção de empréstimos não produtivos manteve em 2022 (setembro) a trajetória de descida iniciada em junho de 2016 (quando esta atingiu um pico de 20,1%, segundo dados da *European Bank Authority* (EBA)) posicionando o rácio médio de *Non Performing Loan* (NPL) do sistema bancário português em 3,2% (-0,5 p.p. do que em dezembro de 2021).

O *stock* de imparidades para cobertura de NPL em 2022 (setembro) aumentou ligeiramente face ao registado em 2021 (55% em 2022 e 54% em 2021).

O comportamento do custo do risco tem evidenciado uma tendencial melhoria da qualidade do crédito, após registar um pico em 2014 e uma trajetória descendente até à pandemia. Prolongando a acentuada redução em 2021, o custo do risco diminuiu novamente em 2022, em 22 p.b., fixando-se nos 0,35% no terceiro trimestre de 2022.

A melhoria da qualidade do crédito do setor bancário português é também ilustrada pelo aumento do peso do crédito em *Stage 1* (de 82,1% em dezembro de 2021 para 86,7% em setembro de 2022), por oposição à queda do peso do crédito em *Stage 2* (de 13,3% em dezembro de 2021 para 9,9% em setembro de 2022) e *Stage 3* (de 4,4% em dezembro de 2021 para 3,2% em setembro de 2022).

O ano de 2022 assistiu a uma inversão da tendência de crescimento do rácio *Common Equity Tier 1* (CET1), diminuindo de 14,6% em setembro de 2021, para 14,1% em setembro de 2022, segundo dados da EBA.

No que respeita à liquidez, os rácios *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) mantiveram níveis confortáveis em 2022 (247% e 146%, respetivamente, em setembro), próximos dos valores registados no final de 2021 (249% e 143%, pela mesma ordem).

No ano de 2022 assistiu-se a uma significativa melhoria da rentabilidade dos bancos, impulsionada pela subida das taxas de juro de curto prazo, com a rentabilidade dos capitais próprios (*return on equity*, ROE) a subir de 5% para 8%, entre 2021 e 2022, níveis que não se observavam desde a crise do *subprime*, sendo que entre 2000 e 2007 os níveis médios do ROE se situavam em torno de 15%.

Para o aumento da rentabilidade do setor bancário foi essencial o crescimento do Produto Bancário, que beneficiou da subida da margem de intermediação financeira de 1,47% em dezembro de 2021 para 1,63% em setembro de 2022.

Consequentemente, o peso das comissões no produto bancário diminuiu (de 30,8% em dezembro de 2021 para 28,9% em setembro de 2022).

A melhoria da rentabilidade beneficiou igualmente da tendência decrescente do *cost-to-income*, que em setembro de 2022 se situava em 45,1%, 2,9 p.p. abaixo dos valores de dezembro de 2021.

Principais Riscos e Incertezas para 2023

Tal como foi observado relativamente ao contexto económico e às expectativas para os mercados financeiros, também o setor bancário português poderá sofrer impactos diretos e indiretos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e das suas vicissitudes. Nos efeitos diretos, destaca-se o impacto na deterioração da qualidade das exposições diretas a estas geografias ou a outras com estas interconectadas. Indiretamente, um conflito com estas características poderá impactar desfavoravelmente na geração de resultados por parte dos bancos, por via da menor atividade económica resultante da incerteza acrescida e do aumento do risco de crédito resultante desse abrandamento, da manutenção de níveis de inflação bastante acima dos objetivos dos principais bancos centrais e das políticas monetárias mais agressivas, com redução do poder de compra e do aumento dos encargos financeiros das famílias e das empresas.

Subidas de taxa de juro poderão também impactar desfavoravelmente nos bancos com maior exposição a títulos de taxa fixa de maturidades mais alargadas, em carteiras ao justo valor através de resultados ou de outros resultados, bem como aumentar o custo de emissões de títulos para cumprimento de fundos próprios e passivos elegíveis no âmbito da resolução bancária (MREL). A progressiva descontinuação das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (*TLTRO-III*) poderá contribuir também para o impacto desfavorável da subida das taxas de juro sobre o custo do *funding*.

O BCE tem mantido um foco nos riscos climáticos e tem aumentado o incentivo para que os bancos os incluam nos diferentes procedimentos de gestão de risco. Esta situação exige do sistema um esforço operacional significativo. Mesmo na eventualidade dos riscos de transição ou físicos não se materializarem durante alguns anos, estes riscos poderão dar origem a

impactos reputacionais ou sancionatórios, devido à atualidade do tema e às iniciativas regulamentares em curso.

A conjuntura é cada vez mais desafiante em termos de riscos operacionais, nomeadamente em contexto de transformação digital – relevando-se, portanto, a crescente importância dos procedimentos de cibersegurança.

O crescente espectro da regulamentação na gestão de ativos pode igualmente agravar os riscos operacionais, ao aumentar o risco legal associado a eventuais incumprimentos.

Enquadramento regulamentar

As principais iniciativas ao nível do contexto regulamentar são as que a seguir se identificam:

- Decreto-Lei n.º 82/2022, de 6 de dezembro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços, aplicável à gestão de carteiras por conta de outrem. Apesar de ter entrado em vigor a 07/12/2022, apenas produz efeitos a partir de 28 de junho de 2025 relativamente aos serviços prestados aos consumidores a partir desta data;
- Regulamento da CMVM n.º 6/2022, de 21 de julho, que altera o Regulamento da CMVM n.º 3/2018, relativo aos conteúdos mínimos a dominar pelos colaboradores de intermediários financeiros e pelos consultores autónomos; em vigor desde 22 de novembro de 2022;
- Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 da Comissão, de 6 de abril de 2022, que complementa o Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho ("Regulamento SFDR") no que respeita às normas técnicas de regulamentação que especificam com maior detalhe o conteúdo e a apresentação das informações relacionadas com o princípio de «*não prejudicar significativamente*», o teor, as metodologias e a apresentação das informações relacionadas com os indicadores de sustentabilidade e os impactos negativos para a sustentabilidade, e o teor e a apresentação das informações relacionadas com a promoção das características ambientais ou sociais e com os objetivos de investimento sustentável nos documentos pré-contratuais, nos sítios *Web* e nos relatórios periódicos;
- Circular Relativa ao Regime Jurídico das Obrigações Cobertas, de 1 de julho de 2022 e o Decreto-Lei n.º 31/2022, de 6 de maio, que aprova o Regime Jurídico das Obrigações Cobertas e transpõe a Diretiva (UE) 2019/2162 e a Diretiva (UE) 2021/2261, altera o RGOIC e o CVM;
- Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;
- Regulamento da CMVM n.º 5/2022, «Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo» (altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2020);

- Circular relativa aos custos e encargos aplicáveis aos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários, de 15 de fevereiro de 2022, que visa reforçar a necessidade de ser assegurado o integral cumprimento do quadro normativo vigente, em particular da Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, em especial no que concerne à divulgação dos custos e encargos junto dos investidores, ao cumprimento do dever de não imputação de custos indevidos na esfera dos investidores e na promoção de comportamentos com um elevado grau de cuidado, diligência, lealdade, competência e no melhor interesse dos participantes;
- Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2021/2268 da Comissão, de 6 de setembro de 2021, que altera as normas técnicas de regulamentação estabelecidas no Regulamento Delegado (UE) 2017/653 da Comissão no que respeita à metodologia subjacente e à apresentação de cenários de desempenho, à apresentação de custos e à metodologia para o cálculo de indicadores sumários de custos, à apresentação e teor da informação sobre o desempenho passado e à apresentação dos custos relativamente a pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros (PRIIP) que oferecem uma gama de opções de investimento, bem como ao alinhamento do regime transitório para os produtores de PRIIP que oferecem unidades de participação de fundos a que se refere o artigo 32.º do Regulamento (UE) n.º 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho como opções de investimento subjacentes com o regime transitório prorrogado previsto no mesmo artigo;
- Circular CMVM de 03 de fevereiro de 2022, relativa aos deveres em matéria de governação de produtos, de 03.02.2022, que visa reforçar a necessidade de ser assegurado o integral cumprimento do quadro normativo vigente, decorrente da transposição da DMIF II e implementação dos respetivos atos delegados e orientações, em matéria de governação dos produtos e, em particular, ao nível da identificação do mercado-alvo e da estratégia de distribuição, análise da estrutura de custos e encargos e da revisão dos produtos;
- Circular CMVM de 12 de outubro de 2022, com recomendações à elaboração, utilização e validação de relatórios de avaliação de imóveis que integram as carteiras de organismos de investimento imobiliário;
- Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, que altera o Código dos Valores Mobiliários, o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, os estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e legislação conexa. A alteração ao artigo 3.º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, que altera o elenco de entidades de interesse público, entrou em vigor no dia 01.01.2022. As restantes alterações a 30.01.2022.

1.3. ANÁLISE DA ATIVIDADE

Montepio Gestão de Activos

A Montepio Gestão de Activos, no final de 2022, em resultado da referida operação de fusão com a Montepio Valor, juntou às atividades de gestão discricionária de carteiras e de fundos mobiliários, a gestão de fundos imobiliários, reforçando o alinhamento estratégico do Grupo Montepio, em ordem a obter sinergias e ganhos de escala e de eficiência, designadamente através de uma mais eficiente alocação de recursos e da redução de custos no futuro.

No seguimento do processo de fusão, para a análise da Sociedade, adotou-se o exercício analítico de comparação do fecho do ano de 2022, da atual Montepio Gestão de Activos (MGA), com o fecho do ano de 2021, e contributo da Montepio Valor (MV) resultante da fusão de ambas as sociedades.

O quadro seguinte apresenta a materialidade das atividades desenvolvidas.

Ativos sob gestão	MGA 2021	MV 2021	MGA 2022 *	Δ 2022/21 (M€) %	
Fundos Mobiliários (FIM)	175.8		180.9	5.1	2.9%
Fundos Imobiliários (FII)		400.2	411.6	11.4	2.8%
Gestão de Carteiras (GDC)	1 640.2		1 474.2	-166.0	-10.1%
Total	1 816.0	400.2	2 066.7	-149.5	-6,7%

(valores em Milhões de euros - M€)

*Após fusão da Montepio Valor na Montepio Gestão de Activos

No final de 2022, a Sociedade geria mais de 2.066 M€ de ativos, o que representa uma diminuição em termos homólogos de 149,5 M€, decorrente da variação observada no segmento da gestão de carteiras, não obstante os segmentos dos FIM e dos FII terem observado crescimentos de 2,9% e 2,8%, respetivamente. Na decorrência, o comportamento da principal fonte de proveitos (comissões de gestão) da Sociedade, que se apresenta no quadro seguinte, destacando-se as reduções observadas nos FII e GDC, parcialmente compensadas pelo aumento das comissões nos FIM, sobretudo suportado pelo contributo positivo do efeito subscrições líquidas de resgates.

Comissões de gestão	MGA 2021	MV 2021	MGA 2022 *	Δ 2022/21 (m€) %	
Fundos Mobiliários (FIM)	530.8		704.0	173.2	32.6%
Fundos Imobiliários (FII)		4 596.1	3 283.0	-1 313.1	-28.6%
Gestão Discricionária Carteiras (GDC)	2 288.3		1 547.8	-740.4	-32.4%
Total	2 819.0	4 596.1	5 534.8	-1 880.3	-25.4%

(valores em milhares de euros - m€)

*Após fusão da Montepio Valor na Montepio Gestão de Activos

No que respeita aos resultados da atividade de 2022, salienta-se a redução do Resultado do Período, de 1,58 M€ em 2021, para 329,9 m€ em 2022, em consequência (i) dos custos não recorrentes incorridos, de assessoria e apoio a todo o projeto de fusão, sem prejuízo de eventuais custos materialmente marginais a incorrer ainda em 2023, relativos à otimização do processo de integração e de maximização de ganhos de eficiência, e (ii) da redução das comissões de gestão, a qual resultou da liquidação de dois fundos imobiliários, em dezembro de 2021, da redução de capital, realizada no final do 1º semestre de 2022, no Fundo Valor Arrendamento e ainda da redução da componente variável das comissões de gestão do segmento da GDC (-91,8%; -936,4 m€), cuja materialidade anulou o aumento da componente fixa (+ 15,4%; 195,4 m€).

O Ativo Total Líquido passou de 10,26 M€ em 2021, para 9,45 M€ em 2022, representando uma redução de 7,9%, enquanto o Passivo Total se reduziu em 14,9%, passando de 2,52 M€ em 2021, para 2,15 M€ em 2022.

O Capital Próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2022 atingiu 7.305.248 €, constituído por 2.857.155 € de Capital Social, pelo valor de 4.118.166 € de Outras Reservas e Resultados Transitados e pelo Resultado do Período no valor 329.953 €. A redução do Capital Próprio observada foi influenciada pela distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2021, o qual se tinha mostrado muito positivo, e ainda ao dividendo extraordinário respeitante à venda das ações da Montepio Valor, adquiridas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O quadro abaixo apresenta a síntese com os principais indicadores referidos.

	2021	Fusão com MV	2022	Δ 2022/21
Ativo Total Líquido	3 997 637	6 266 018	9 451 399	-7.9%
Passivo Total	748 389	1 774 463	2 146 125	-14.9%
Comissões de Gestão	2 819 038	4 596 072	5 534 765	-25.4%
Produto Bancário (PB)	2 617 342	4 511 899	5 280 649	-25.9%
Resultado Líquido	614 661	966 903	329 953	-79.1%
Capital Próprio (CP)	3 249 248	4 491 555	7 305 274	-5.6%

A Montepio Gestão de Activos apresenta uma confortável situação ao nível dos Fundos Próprios, calculados de acordo com o artigo 71º-M do RGOIC e excedem significativamente os requisitos mínimos legalmente exigidos em 31 de dezembro de 2022.

Fundos de Investimento Mobiliário (FIM)

Os ativos sob gestão (AUM) no segmento dos FIM verificaram um aumento de 5,1 M€ (+2,9%) em relação a 2021, que assentou, sobretudo, nos Fundos Montepio Ações EUA, Montepio Euro Energy e Montepio Multi Gestão Prudente, conforme apresenta o quadro abaixo.

Fundos Mobiliários – AUM	2021	2022	Δ 2022/21	
			(M€)	%
Montepio Ações Europa - Classe A	15,834	17,498	1,664	10,5%
Montepio Ações Europa - Classe I	5,831	0	-5,831	-100%
Montepio Ações EUA - Classe A *	0	1,717	1,717	-
Montepio Ações EUA - Classe B *	0	10,325	10,325	-
Montepio Euro Energy	7,749	15,894	8,146	105,1%
Montepio Euro Financial Services	4,722	4,926	0,204	4,3%
Montepio Euro Healthcare	14,094	15,450	1,356	9,6%
Montepio Euro Utilities	9,735	9,268	-0,467	-4,8%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	11,636	11,904	0,269	2,3%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	9,742	9,797	0,055	0,6%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	5,362	4,046	-1,316	-24,5%
Montepio Multi Gestão Prudente	10,799	17,491	6,692	62,0%
Montepio Obrigações	8,797	10,455	1,659	18,9%
Montepio Taxa Fixa	11,879	8,952	-2,927	-24,6%
Montepio Tesouraria	49,681	43,194	-6,487	-13,1%
Montepio Global **	6,935	0	-6,935	-100%
Montepio Euro Telcos ***	3,004	0	-3,004	-100%
Total	175,798	180,917	5,119	2,9%

* FIM Constituído em nov/2022

** FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Gestão Prudente

*** FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Ações Europa

No sentido inverso, o mercado global nacional registou uma redução de 2,73 mM€ (-13,8%), segundo dados divulgados pela APFIPP, o que resultou no reforço da quota de mercado da Montepio Gestão de Activos no segmento dos FIM (+0,17 pp), passando de 0,89% em 2021, para 1,06% em 2022.

	2021		2022		Δ 2022/21	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
MGA - FIM	175,8	0,89%	180,9	1,06%	5,1	0,17 pp
Total FIM	19 858,9		17 130,9		-2 728,1	

Fonte: APFIPP, dados de dez/2022 - valores dos Ativos sob gestão (AUM) em Milhões de euros

O «efeito quantidade», dado pelas subscrições líquidas de resgates, mostrou-se particularmente relevante na dinâmica referida, com uma variação positiva de 17,6 M€, reforçando o desempenho observado em 2021 (+6,5 M€) e invertendo a tendência de 2020 (-26,2 M€), com a maioria dos fundos a observarem variações homólogas positivas, mais que compensando o «efeito valorização» das unidades de participação, o qual se mostrou globalmente penalizador, em linha com o comportamento geral do mercado em que uma parte significativa dos fundos observaram retornos negativos, destacando-se, pela positiva, a evolução do fundo setorial Montepio Euro Energy, e ainda o Montepio Ações EUA, fundo lançado no final do ano, no mês de novembro. O quadro seguinte apresenta esta realidade, desagregada por Fundo.

Fundos	Variação year-to-date (em valor)			Variação year-to-date (em %)		
	Subscrições e Resgates	Valorização	Total	Subscrições e Resgates	Valorização	Total
Montepio Tesouraria	-5 885 961	-601 429	-6 487 390	-11,8%	-1,2%	-13,1%
Montepio Obrigações	1 790 712	-132 023	1 658 689	20,4%	-1,5%	18,9%
Montepio Taxa Fixa	-1 598 563	-1 328 111	-2 926 674	-13,5%	-11,2%	-24,6%
Montepio Ações Europa - Cl. A	3 868 010	-2 204 014	1 663 996	24,4%	-13,9%	10,5%
Montepio Ações Europa - Cl. I	-5 166 836	-664 549	-5 831 385	-88,6%	-11,4%	-100,0%
Montepio Euro Telcos	-3 147 161	143 639	-3 003 522	-104,8%	4,8%	-100,0%
Montepio Euro Utilities	470 076	-937 247	-467 171	4,8%	-9,6%	-4,8%
Montepio Euro Energy	6 598 644	1 547 031	8 145 676	85,2%	20,0%	105,1%
Montepio Euro Fin. Services	318 859	-114 925	203 934	6,8%	-2,4%	4,3%
Montepio Euro Healthcare	2 792 308	-1 436 753	1 355 555	19,8%	-10,2%	9,6%
Multi Gestão Prudente	7 848 002	-1 155 525	6 692 477	72,7%	-10,7%	62,0%
Multi Gestão Equilibrada	2 016 966	-1 748 205	268 760	17,3%	-15,0%	2,3%
Multi Gestão Dinâmica	1 928 340	-1 873 303	55 037	19,8%	-19,2%	0,6%
Multi Gestão Merc. Emergentes	-185 140	-1 130 935	-1 316 075	-3,5%	-21,1%	-24,5%
Montepio Global	-6 439 223	-495 420	-6 934 643	-92,9%	-7,1%	-100,0%
Montepio Ações EUA - Cl. A	1 772 263	-55 348	1 716 915			
Montepio Ações EUA - Cl. B	10 642 508	-317 802	10 324 605			
Total	17 623 804	-12 505 020	5 118 784	10,0%	-7,1%	2,9%

Por Tipo de Fundos	Variação year-to-date (em valor)			Variação year-to-date (em %)		
	Subscrições e Resgates	Valorização	Total	Subscrições e Resgates	Valorização	Total
Curto Prazo	-5 885 961	-601 429	-6 487 390	-11,8%	-1,2%	-13,1%
Obrigações	192 149	-1 460 134	-1 267 985	0,9%	-7,1%	-6,1%
Ações	18 148 671	-4 040 068	14 108 603	29,8%	-6,6%	23,1%
Multi Activos	5 168 945	-6 403 389	-1 234 443	11,6%	-14,4%	-2,8%
Total	17 623 804	-12 505 020	5 118 784	10,0%	-7,1%	2,9%

Nota: O efeito "Valorização", inclui impactos das comissões (gestão, depositário, outras) e taxas cobradas aos Fundos

A gestão dos FIM em 2022 produziu um aumento dos proveitos da atividade, com o exercício de 2022 a fechar com o total aproximado de 704 m€ de comissões de gestão, o que corresponde a um aumento de 173,2 m€ (+32,6%), sobretudo explicado nos aumentos verificados nos fundos setoriais Montepio Euro Energy e Healthcare e nos fundos Montepio Multi Gestão Equilibrada, Dinâmica e Prudente, os quais, em conjunto, representam cerca de 2/3 do aumento global.

Fundos Mobiliários - comissões de gestão	2021	2022	Δ 2022/21	
			(m€)	%
Montepio Ações Europa - Classes A e I	85,05	103,40	18,35	21,6%
Montepio Ações EUA - Classes A e B *	0	6,38	6,38	-
Montepio Euro Energy	31,10	63,82	32,72	105,2%
Montepio Euro Financial Services	14,58	23,50	8,93	61,2%
Montepio Euro Healthcare	59,70	75,75	16,05	26,9%
Montepio Euro Utilities	43,62	47,61	3,99	9,1%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	39,14	62,32	23,18	59,2%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	30,19	46,72	16,54	54,8%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	28,72	24,23	-4,49	-15,6%
Montepio Multi Gestão Prudente	37,06	61,92	24,85	67,1%
Montepio Obrigações	15,19	26,22	11,03	72,6%
Montepio Taxa Fixa	42,28	36,98	-5,30	-12,5%
Montepio Tesouraria	67,57	95,94	28,37	42,0%
Montepio Global **	23,22	27,93	4,70	20,2%
Montepio Euro Telcos ***	13,36	1,24	-12,12	-90,7%
Total	530,78	703,96	173,19	32,6%

* FIM Constituído em nov/2022

** FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Gestão Prudente

*** FIM incorporado por fusão em 2022 no Montepio Ações Europa

Tal como observado em 2021, o ano 2022 voltou a apresentar um comportamento caracterizado por redução da procura de fundos de curto prazo e aumento de fundos de maior risco (ações e multiativos), tipicamente associados a prazos mínimos recomendados de detenção superiores.

A performance dos fundos refletiu o contexto menos favorável observado em 2022 na generalidade dos mercados, interrompendo a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2020, o que conduziu a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas. Igualmente a condicionar os mercados estiveram ainda as preocupações de contexto "Covid-19", sobretudo na China com a adoção da política de "Covid zero", e a intensificação da pressão inflacionista, exponenciada pela guerra na Ucrânia, que sustentou políticas monetárias mais restritivas.

Fundos Mobiliários	2021	2022		
	Rendibilidade	Rendibilidade	Risco	Sector *
Montepio Acções Europa - Classe A	23,17%	-11,57%	6	-11,96%
Montepio Euro Energy	15,16%	15,56%	6	0,36%
Montepio Euro Financial Services	23,63%	-0,59%	6	0,36%
Montepio Euro Healthcare	13,65%	-9,60%	6	0,36%
Montepio Euro Utilities	16,14%	-8,99%	6	0,36%
Montepio Multi Gestão Equilibrada	8,08%	-12,83%	4	-15,92%
Montepio Multi Gestão Dinâmica	16,42%	-19,08%	6	-15,37%
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	2,43%	-23,09%	6	-15,37%
Montepio Multi Gestão Prudente	2,44%	-9,09%	4	-12,85%
Montepio Obrigações	-0,90%	-1,88%	2	-4,01%
Montepio Taxa Fixa	-2,47%	-12,14%	4	-8,12%
Montepio Tesouraria	-0,59%	-1,29%	1	-3,02%
Montepio Ações EUA - Classes A e B	FIM constituído em nov/22, pelo que sem histórico			

* Critério APFIPP - média ponderada pelas carteiras
Fonte: Dados APFIPP para 31/dez/2022

No que respeita ao número de Participantes, a Montepio Gestão de Activos fechou o ano de 2022 com um crescimento transversal à generalidade dos FIM, com exceção do Montepio Tesouraria, Montepio Taxa Fixa e Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes, contando com mais 986 Participantes (+3,3%) que em 2021, atestando a capacidade de atração junto dos respetivos mercados-alvo, destacando-se o Montepio Acções Europa – Classe A e o Montepio Euro Energy, com crescimentos de 598 (+33,1%) e de 800 (+60,4%), respetivamente.



Handwritten signatures and initials.

Fundos de Investimento Imobiliário (FII)

No segmento dos fundos imobiliários, os *AUM* observaram uma variação positiva de 11,4 M€ (+2,8%), sobretudo assente no contributo do FII aberto de rendimento Valor Prime, que observou um aumento de 17,9 M€, que, complementado pelo aumento de 5,4 M€ (+10,2%) do FII fechado Fundinvest, mais que compensaram a diminuição verificada no FII fechado Valor Arrendamento (-11,6 M€), em resultado da redução de capital realizada em junho de 2022.

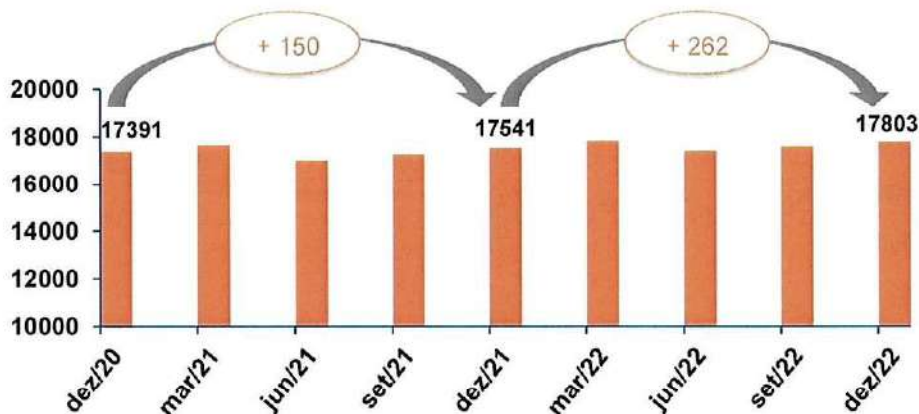
Fundos Imobiliários – <i>AUM</i>	2021	2022	Δ 2022/21	
			(M€)	%
Valor Prime	297,763	315,691	17,927	6,0%
Imomarvãs	6,254	6,388	0,134	2,1%
Portugal Estates Fund	3,862	2,406	-1,457	-37,7%
Polaris	4,151	4,244	0,094	2,3%
Valor Arrendamento	20,378	8,792	-11,586	-56,9%
Fundinvest	53,178	58,608	5,430	10,2%
Imourbe	14,595	15,445	0,850	5,8%
Total	400,181	411,573	11,393	2,8%

O mercado nacional observou igualmente um crescimento em relação a 2021, fechando o ano de 2022 com +978,8 M€ (+9,53%), segundo dados divulgados pela APFIPP, o que resultou na redução da quota de mercado da Montepio Gestão de Activos no segmento dos FII, de 0,24 p.p., passando de 3,90% em 2021, para 3,66% em 2022.

	2021		2022		Δ 2022/21	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
MGA - FII	400,2	3,90%	411,6	3,66%	11,4	-0,24 pp
Total OII	10 269,2		11 248,0		978,8	

No que respeita à dinâmica em termos de subscrições líquidas de resgates, o Fundo aberto de rendimento Valor Prime registou no final do ano de 2022 um *gap* positivo de 13,7 M€, observando igualmente um aumento de 262 (+1,5%) Participantes em relação a dezembro de 2021, e de mais 412 (+2,4%) em relação ao fecho de 2020.

Número de Participantes - FII Aberto Valor Prime



Os proveitos (comissões de gestão) originados pela gestão dos fundos de investimento imobiliário atingiram, no final de 2022, 3.283 m€, representando uma diminuição de 1 313,1 m€ (- 28,6%), a qual resulta da liquidação, em dezembro de 2021, dos dois fundos fechados *Montepio Arrendamento*, da redução de capital no montante de 11,5 M€, em junho de 2022, no FII Valor Arrendamento, anteriormente denominado *Montepio Arrendamento III*, e ainda, de não se ter verificado, em 2022, qualquer valor relativo à componente variável do Fundo Valor Prime. Não obstante, salienta-se o aumento de +194,8 m€ (+7,6%), relativo à comissão de gestão fixa, no fundo aberto Valor Prime, sobretudo em resultado do referido impacto do *gap* positivo das subscrições líquidas.

Fundos Imobiliários - comissões de gestão	2021	2022	Δ 2022/21	
			(m€)	%
Montepio Arrendamento *	469,68	0,00	-469,68	-100%
Montepio Arrendamento II *	216,31	0,00	-216,31	-100%
Valor Prime **	3 087,72	2 769,81	-317,91	-10,3%
Imomarvãs	36,00	36,00	0	0%
Portugal Estates Fund	30,00	30,00	0	0%
Polaris	30,00	30,00	0	0%
Valor Arrendamento	586,36	277,17	-309,19	-52,7%
Fundinvest	85,00	85,00	0	0%
Imourbe	55,00	55,00	0	0%
Total	4 596,07	3 282,99	-1 313,09	-28,6%

* FII liquidado em 30 de dezembro de 2021

** Inclui, no ano de 2021, componente variável no valor de 512,7 m€

Na sequência do observado no ano de 2021, os FII evidenciaram uma *performance* positiva ao nível da rendibilidade, com o Valor Prime a exibir uma rendibilidade em 2022 (3,66%) superior à de 2021 (3,5%), enquanto nos fundos fechados, o Fundinvest e o Imourbe, revelaram rendibilidades significativas, acima dos respetivos referenciais de mercado.

Fundos Imobiliários	2021	2022		
	Rendibilidade	Rendibilidade	Risco	Sector *
Valor Prime	3,50%	3,66%	2	4,54%
Imomarvãs	-7,89%	-1,60%	3	3,22%
Portugal Estates Fund	-1,05%	-5,67%	nd	3,22%
Polaris	-3,35%	2,26%	nd	3,22%
Valor Arrendamento	-2,20%	-0,53%	2	3,22%
Fundinvest	6,42%	10,21%	3	3,22%
Imourbe	0,20%	9,38%	4	4,43%

* Critério APFIPP - média ponderada pelas carteiras

Fonte: Dados APFIPP para 31/dez/2022, com exceção dos FII Portugal Estates Fund e Polaris, cuja fonte é MGA

Relativamente à iniciativa comercial na atividade dos FII, e não obstante a conjuntura de mercado balizada pelo grau de incerteza impulsionado pela guerra na Ucrânia e pelo contexto inflacionista, concretizou-se a venda de 81 imóveis ao longo do ano de 2022, no valor total de escritura de 12,6, M€ conforme se apresenta no quadro seguinte.

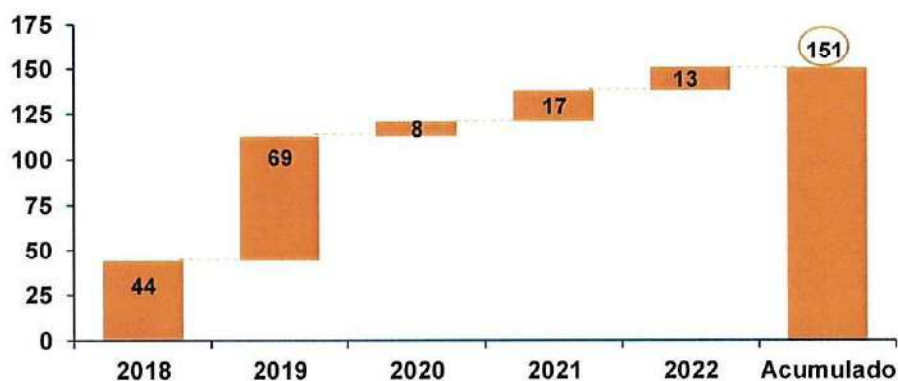
Vendas de Imóveis – ano de 2022 (valor de escritura)

Mês / 2023	Valor Arrendamento	Portugal Estates Fund	Valor Prime	Total
janeiro	227 650 €	- €	115 000 €	342 650 €
fevereiro	119 400 €	- €	4 000 000 €	4 119 400 €
março	746 000 €	- €	- €	746 000 €
abril	4 636 700 €	- €	425 000 €	5 061 700 €
maio	418 000 €	- €	- €	418 000 €
junho	93 000 €	82 200 €	- €	175 200 €
julho	446 500 €	- €	- €	446 500 €
agosto	87 000 €	- €	122 500 €	209 500 €
setembro	565 000 €	157 500 €	- €	722 500 €
outubro	279 000 €	33 200 €	- €	312 200 €
novembro	39 550 €	- €	- €	39 550 €
dezembro	- €	- €	- €	- €
Total	7 657 800 €	272 900 €	4 662 500 €	12 593 200 €

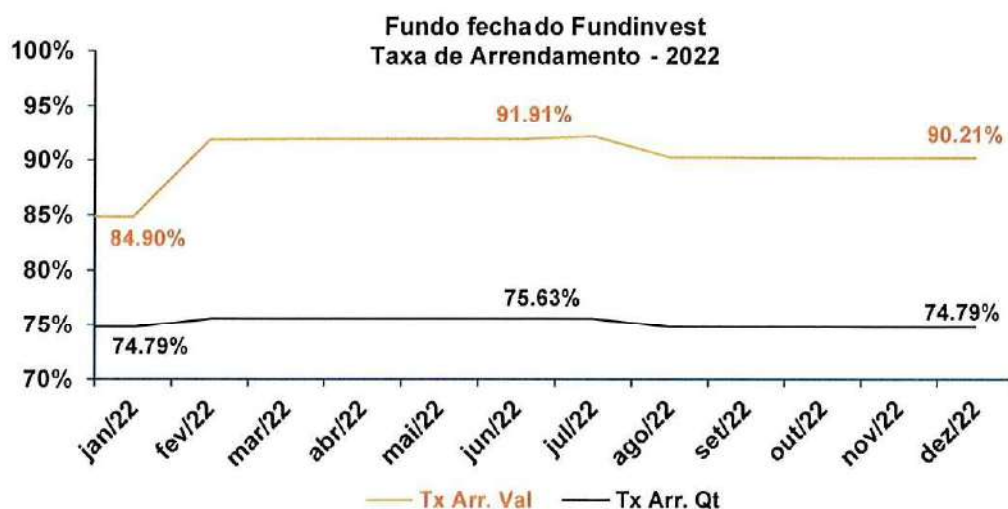
A Montepio Gestão de Activos tem vindo a implementar uma política de alienação de ativos “*não produtivos*”, colocando em mercado os imóveis que considera não apresentarem potencial de geração de rendimentos e/ou que sejam consumidores de custos (de condomínio, obras e outros), e assim penalizadores do valor intrínseco à sua detenção e exploração, desenvolvendo estratégias customizadas a cada imóvel e ajustando-as à política de investimentos específica de cada Fundo em particular, procurando concretizar oportunidades de negócio em mercado.

Neste contexto, as vendas de imóveis no último quinquénio, no total de 151 M€, são as que se apresentam no gráfico seguinte, com destaque para o ano de 2019, pela realização de uma operação de venda de imóveis “*em bloco*”, no total de 36,5 M€, e no ano de 2021, pela alienação da totalidade dos imóveis dos Fundos Montepio Arrendamento e Montepio Arrendamento II, em ordem a possibilitar a sua liquidação em 30 de dezembro de 2021.

Evolução das vendas de Imóveis 2018 – 2022 em valor de escritura (M€)



No que respeita à dinâmica do vetor arrendamento, o foco da atividade centrou-se na maximização do potencial de geração de rendimentos, em linha com as respetivas políticas de investimento de cada FII, em particular na carteira do Fundo aberto de rendimento Valor Prime e no Fundo fechado Fundinvest, conforme apresentam dos dois gráficos seguintes, donde se salienta a manutenção de taxas de arrendamento em níveis significativos, designadamente em termos de valor venal da carteira.



Gestão discricionária de carteiras (GDC)

O segmento da gestão de carteiras, o de maior peso relativo na Sociedade em termos dos ativos sob gestão (AUM), observou uma redução de 166 M€, fechando o ano de 2022 com o total de 1.474,2 M€, conforme se apresenta no quadro abaixo, sobretudo influenciada pelo impacto da rentabilidade média ponderada *year-to-date*, que se mostrou negativa em 8,22%, um valor que, ainda assim, compara favoravelmente com o *benchmark*, em média ponderada, de -9,03%.

Ativos sob gestão (AUM)	2 021	2 022	Δ 2022/21	
			(M€)	%
Gestão Discricionária Carteiras	1 640,209	1 474,188	-166,021	-10,1%

Consequentemente, de acordo com informação da APFIPP relativa a 31 de dezembro de 2022, a Montepio Gestão de Activos ocupava a quinta posição do *ranking* nacional neste segmento de atividade, com uma quota de mercado de 6,1%, logo atrás das quatro maiores sociedades gestoras, associadas aos maiores grupos financeiros a operar em Portugal.

Sociedade Gestora	2021		2022		Δ 2022/21	
	AUM	Qm	AUM	Qm	AUM	Qm
Caixa Gestão de Ativos - SGOIC SA	9 476,2	33,4%	8 007,9	32,9%	-1 468,3	-0,47 pp
Santander Asset Management - SGOIC SA	5 900,2	20,8%	5 153,1	21,2%	-747,2	0,4 pp
BPI Gestão de Ativos - SGOIC SA	4 315,5	15,2%	3 800,7	15,6%	-514,8	0,42 pp
GNB - Gestão de Patrimónios - Empresa de Investimento SA	4 696,8	16,6%	3 688,9	15,2%	-1 008,0	-1,38 pp
Montepio Gestão de Activos - SGOIC SA	1 640,2	5,8%	1 474,2	6,1%	-166,0	0,28 pp
Crédito Agrícola Gest - SGOIC SA	1 381,9	4,9%	1 348,9	5,5%	-33,0	0,68 pp
Bankinter Gestion de Activos SGIC - Suc Portugal	769,7	2,7%	735,6	3,0%	-34,1	0,31 pp
Optimize Investment Partners - SGOIC SA	148,7	0,5%	73,5	0,3%	-75,3	-0,22 pp
Heed Capital SGOIC SA	25,3	0,1%	19,0	0,1%	-6,2	-0,01 pp
LYNX Asset Managers - SGOIC SA	18,7	0,1%	14,8	0,1%	-3,8	-0,01 pp
Total	28 373,2	100%	24 316,5	100%	-4 056,7	

Fonte: Estatísticas APFIPP para 31/dez/2022

Este segmento de atividade continua significativamente concentrado em Clientes institucionais, nomeadamente Fundos de Pensões e PPR, tendo a sua gestão sido responsável pelo recebimento do total de 1.547,82 m€ de comissões de gestão, significando uma redução significativa de 740,4 m€ (-32,4%), suportada na variação negativa da componente das «comissões variáveis» que, face aos condicionalismos de mercado referidos em 2022, não conseguiu atingir os resultados de 2021. Não obstante, releva-se o aumento da componente «comissões fixas», de 195,91 m€ (+15,4%), atingindo 1.464,44 m€, no final de 2022.

Gestão Discricionária Carteiras - comissões de gestão	2 021	2 022	Δ 2022/21	
			(m€)	%
Comissões Fixas	1 268,52	1 464,44	195,91	15,4%
Comissões Variáveis	1 019,74	83,38	-936,36	-91,8%
Total	2 288,262	1 547,818	-740,444	-32,4%

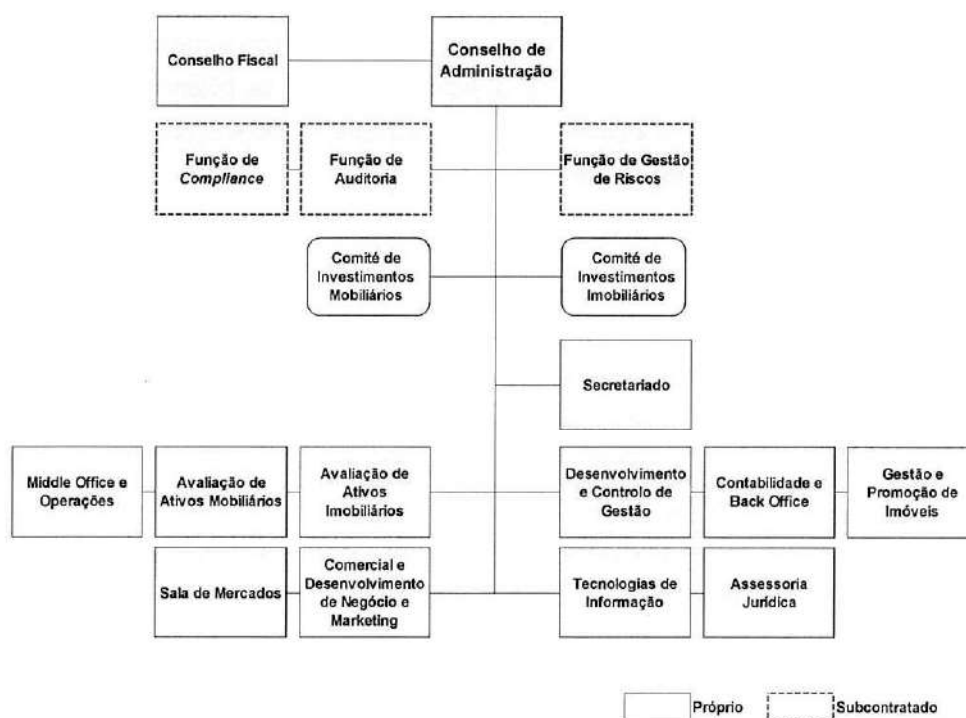
1.4. GOVERNAÇÃO E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Modelo de governação

A Montepio Gestão de Activos, no âmbito do processo de fusão ocorrido no final de 2022, ajustou o seu modelo de governo em função da nova realidade e estrutura organizacional, assegurando uma gestão rigorosa e prudencial e refortalecendo a eficiência e a conformidade com o exigente quadro regulatório. Em consequência, a Sociedade reformulou a sua dinâmica de negócio, passando a gerir três segmentos de atividade – fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário, todos comercializados pelo Banco Montepio, e gestão discricionário de carteiras –, redefinindo funções e segregando os vários níveis de responsabilidade, em ordem a garantir um eficiente controlo interno e uma efetiva gestão dos riscos.

A Sociedade integra o Grupo Montepio, o que lhe permite usufruir de importantes sinergias ao nível de um conjunto alargado de serviços partilhados, mantendo sempre uma total autonomia nos processos relacionados com a gestão dos fundos e carteiras sob sua administração, num contexto de total independência técnica e de decisão.

A Montepio Gestão de Activos adota um modelo de governo clássico, com Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, conforme se apresenta no organograma abaixo.



Compete ao Conselho de Administração da Sociedade a responsabilidade da gestão estratégica e executiva, apoiado por um conjunto de responsáveis de áreas funcionais e orgânicas, que asseguram

a operação corrente. De forma a se assegurar o rigoroso e integral cumprimento das funções de controlo interno, a Sociedade subcontratou as Funções de Gestão de Riscos, de Auditoria e de *Compliance* ao acionista Montepio Geral Associação Mutualista. Releva-se, igualmente, a existência de dois comités de investimento, um para a área dos fundos mobiliários, outro para os fundos imobiliários, último regulamentado em fevereiro de 2023, devendo a sua atividade iniciar-se no 1º quadrimestre de 2023. A fiscalização da Sociedade, no âmbito do quadro legal e regulamentar aplicável, é da competência do Conselho Fiscal, a quem ainda compete assegurar o cumprimento de todo o contexto de controlo interno e efetuar o acompanhamento de toda a informação financeira relativa à Sociedade.

O sistema de controlo interno, entendido como o conjugação holística de todos os procedimentos relativos à monitorização da estrutura e da atividade da Sociedade e das Funções de Gestão de Riscos, Função de *Compliance* e Função de Auditoria, está estruturado dentro do quadro regulatório e de acordo com as melhores práticas do mercado, funcionando de forma integrada e abrangente, constituindo uma responsabilidade de todos os Colaboradores, sem prejuízo das atribuições específicas de cada uma das Funções referidas.

Função de Gestão de Riscos (FGR)

A Função de Gestão de Riscos da Montepio Gestão de Activos, compreendendo a dupla vertente da atividade de cada Fundo ou Carteira em particular sob gestão e da própria Sociedade, enquanto gestora e administradora legal, está delegada no Gabinete de Gestão de Riscos (GGR) do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), entidade-líder do Grupo Montepio. O GGR constitui assim a unidade orgânica de primeira linha de defesa na estrutura organizativa, tendo como principais funções identificar, avaliar e mitigar, numa base contínua, a exposição efetiva ou potencial aos principais riscos, financeiros e não financeiros, e implementar abordagens de gestão e controlo, diferenciadas em função da relevância de cada categoria de risco.

Neste contexto, identificam-se como materialmente relevantes na atividade, as seguintes tipologias de riscos: i) risco de mercado, resumidamente dado pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da volatilidade dos retornos dos ativos sob gestão; ii) risco de liquidez, materializado na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade de dispor de fundos líquidos para cumprir com as obrigações financeiras, donde se destaca a realização de *stress tests* de liquidez; iii) o risco operacional, que inclui os riscos de conduta, sistemas de informação e subcontratação, como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas; iv) risco «de negócio ou de estratégia», determinado pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou de alterações do meio envolvente ou a alterações no

ambiente de negócios, e ainda do risco por incorporação e agregação dos riscos associados aos fundos e carteiras sob gestão; v) risco de crédito, dado, sumariamente, pela probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da capacidade de um emitente conseguir assegurar as suas responsabilidades, num contexto de capital e retorno não garantidos; vi) risco imobiliário, podendo definir-se como a probabilidade de impactos que ocorram com origem na variação do valor dos ativos imobiliários, atendendo às características próprias dos mesmos, como tipologia, localização, nível de ocupação e outros.

Em complemento e dando cumprimento ao artigo 66 do CSC, a exposição da Sociedade aos riscos financeiros estão identificados na nota 27 dos anexos às demonstrações financeiras.

Função de Auditoria

À semelhança da FGR, a Função de Auditoria é delegada no Gabinete de Auditoria Interna (GAI) do MGAM, num modelo idêntico de articulação com a Sociedade. O GAI tem como funções principais a supervisão de toda a atividade da Montepio Gestão de Ativos, designadamente no âmbito do cumprimento do quadro legal e regulatório, das políticas e procedimentos de controlo interno e ainda da adequação da capacidade de resposta do próprio modelo de governação às exigências da atividade.

Função de Compliance

Em linha com o identificado para as FGR e Função de Auditoria, a Função de *Compliance* está contratualizada no Gabinete de *Compliance* (GC) do MGAM, tendo como principal área de atuação o acompanhamento da atividade da Sociedade, com vista a mitigar o risco de ocorrência de sanções ou de impactos negativos decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com Clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, com reflexos ao nível do risco reputacional da Instituição e do Grupo onde se encontra inserido.

Subcontratação e prestação de serviços

Tendo como objetivo primário a prestação de um melhor serviço, a Montepio Gestão de Activos, numa ótica de racionalização de recursos e de eficiência operacional, subcontrata um conjunto de serviços, junto do MGAM ou de Associadas do mesmo Grupo Montepio, que acrescem valor à operação, na medida em que incorporam conhecimento e qualidade na cadeia de valor de serviço da Sociedade. Os serviços subcontratados, para além das funções atrás referidas no âmbito do controlo interno, são, na sua maioria, de âmbito operacional e de suporte, dos quais se salienta: i) gestão de pessoas, nos mais variados domínios como contratação, modelo de avaliação de desempenho, formação e outros, ii) sistemas informáticos, cibersegurança e afins, iii) fornecimento de dados macroeconómicos e de mercados financeiros e análise macroeconómica, iv) capacidade financeira de Clientes, v) apoio extrajudicial e judicial em sede de litígios e vi) assessoria fiscal.

1.5. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

O quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos, na sequência da fusão concretizada em dezembro último, foi ajustado em função do novo contexto de atividade, marcado por uma crescente exigência decorrente do contexto regulatório, mas igualmente ancorado na incorporação de melhorias e ganhos de eficiência, nos resultados da digitalização e otimização de processos, e nas sinergias e ganhos de eficiência obtidos, e os esperados obter, na fase mais avançada de *rollout* do processo de fusão.

A Sociedade fechou o ano de 2022 com um total de trinta e oito Trabalhadores (29 Colaboradores do quadro próprio e 9 Colaboradores cedidos), o que constitui uma efetiva capacidade de resposta, ajustada ao atual contexto da atividade, defendendo como princípio basilar a adoção de práticas conducentes a uma conduta individual responsável e coerente com o quadro legal vigente e com a ética corporativa e empresarial.

No que respeita à exigência do grau de qualificação do seu quadro de Colaboradores, em ordem a acompanhar a dinâmica da evolução do *know-how* no setor, e não obstante os desafios em termos de regulação e da procura das melhores práticas e do conhecimento mais atual, foi possível a realização de um conjunto de ações de formação, destacando-se os temas da «*prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo*» (BCFT), da «*cibersegurança*», da «*sustentabilidade*» e do «*controlo interno*», pela acuidade que apresentam no contexto atual. O quadro abaixo apresenta o resumo, por âmbito, do número de ações realizadas e respetivo número de horas, e do número de Colaboradores compreendido.

Temática	N.º ações	N.º horas de formação	N.º Colaboradores abrangidos
BCFT	10	196	20
Cibersegurança	9	67	42
RGPD	8	67	28
Risco / Controlo Interno	15	100	6
Governance	7	179	3
ESG / Sustentabilidade	11	482	19
Outros	35	485	26
Total	95	1 575	43

Em complemento do aspeto formativo, importa igualmente destacar o modelo de avaliação e gestão do desempenho – Modelo 3D – que contempla uma avaliação integrada em termos de objetivos e competências, com impactos ao nível da progressão das carreiras e da identificação de novos contextos de desenvolvimento. Do ponto de vista operacional, destacar ainda, em continuidade com o desenvolvido em 2021 no âmbito da pandemia da “Covid-19”, o recurso e a otimização do Teletrabalho, permitindo assegurar, de forma complementar e sempre que necessária e elegível, uma resposta flexível e efetiva às exigências operacionais da atividade corrente.

1.6. RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

O Resultado Líquido do Exercício de 2022 atingiu o valor de 329.953,09 €.

Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias em vigor, nomeadamente o número um do artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido apurado no exercício de 2022, no montante de 329.953,09 €:

- Dividendos: 329.000 €;
- Resultados Transitados: 953,09 €.

De referir que a Sociedade cumpre na totalidade com o mínimo previsto de Reserva Legal.



1.7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO E PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2023

Após o fecho do exercício, não se verificaram transações e/ou eventos significativos que mereçam relevância de divulgação e/ou que devessem ser registados nas demonstrações financeiras do exercício de 2022.

Não obstante, importa notar que, à semelhança do verificado em 2022, o ano de 2023 voltará a ser condicionado, sobretudo, pela evolução da guerra na Ucrânia e pelo contexto inflacionista, acrescentando incerteza pelo desconhecimento da duração e grau de disrupção, prevendo-se impactos na atividade e na situação económico-financeira da Sociedade e dos ativos sob gestão, decorrente de eventuais efeitos colaterais.

Num outro plano, as questões relacionadas com a cibersegurança, particularmente expostas pela sucessão de acontecimentos que têm vindo a público, continuarão a marcar a agenda das preocupações, designadamente no que respeita aos riscos e consequências de eventual manipulação de informação confidencial e sensível.

Em termos da atividade da gestão de fundos mobiliários, a Sociedade dará continuidade à política seguida em 2022, nomeadamente procurando maximizar o binómio rentabilidade/risco, tendo sempre em consideração o perfil de risco e as políticas de investimento de cada Fundo.

Ao nível dos fundos imobiliários, a Montepio Gestão de Activos continuará a privilegiar o vetor «arrendamento» como estratégico na geração de proveitos, em particular para os Fundos Valor Prime e Fundinvest, mantendo, em paralelo, uma política de alienação de ativos “*não produtivos*”, em ordem a maximizar oportunidades de negócio em mercado, aportando valor aos Fundos, e por esta via, aos seus Participantes. Ao nível do investimento, será aprofundada a análise ao mercado, designadamente em sede do Comité de Investimentos Imobiliários, recentemente constituído para o efeito, e serão acelerados os processos de «*due diligence*», com vista à aquisição de ativos com elevado potencial em termos de rendimento futuro.

No que respeita aos fatores de *Sustentabilidade*, a Sociedade dará continuidade ao desenvolvido no passado, nomeadamente, tendo como objetivo para 2023 e seguintes, o reforço ao nível das componentes «ecológica» e «social», no âmbito das atividades de promoção da segurança e saúde no trabalho, analisando a perceção sobre os fatores psicossociais relacionados com o desempenho profissional.

No contexto da atividade de gestão de fundos mobiliários, propõe-se vir a classificar um conjunto de fundos, ao nível da respetiva política de investimentos, como artigo 8.º, no âmbito do denominado “Regulamento SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*)”, procurando promover características ambientais e/ou sociais, robustecendo o compromisso com a sustentabilidade ao nível do contexto ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*. Em paralelo, no que respeita à atividade dos fundos imobiliários, designadamente ao nível do fundo aberto de rendimento Valor

Prime, também se irá aprofundar o compromisso com a *sustentabilidade*, reforçando um conjunto de ações iniciadas e desenvolvidas ainda em 2022, em ordem a contribuir para a redução da denominada «pegada carbónica». Neste contexto, importa destacar, a par da realização de contratos de abastecimento de energia elétrica de fontes 100% renováveis, a intervenção nos seus ativos imobiliários, nomeadamente, promovendo (i) a alteração da iluminação para tecnologia LED, com detetores de movimento no interior e células crepusculares no exterior, (ii) a instalação de tanques de dupla descarga e perlatores economizadores em torneiras das instalações sanitárias comuns, (iii) a alteração da vegetação exterior para predominantemente de sequeiro, reduzindo o consumo de água, ou ainda (iv) a implementação de unidades de produção de autoconsumo com recurso a painéis fotovoltaicos.

É entendimento da Administração da Montepio Gestão de Activos que, apesar do contexto global em presença, nomeadamente as duas maiores fontes de incerteza – guerra na Ucrânia e ciclo inflacionista – e consequente imprevisibilidade dos seus eventuais impactos nos investimentos detidos pelos Organismos sob gestão e nas carteiras de gestão por conta de outrem, que a continuidade da atividade não está colocada em causa.

1.8. NOTA FINAL

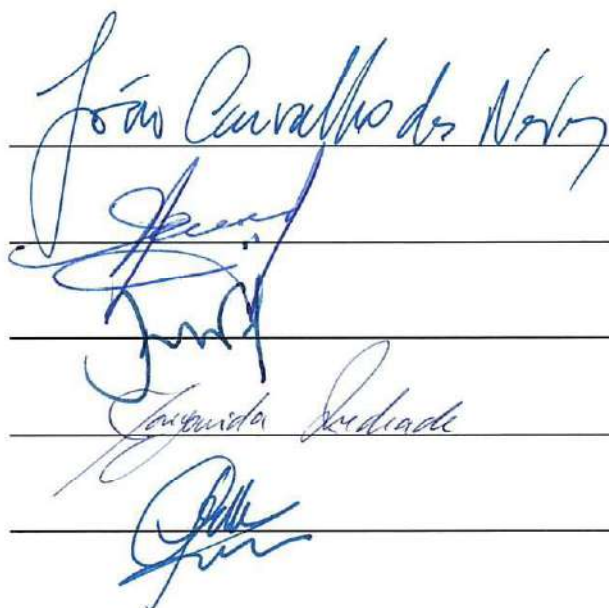
O Conselho de Administração agradece a dedicação e o desempenho de todos os Colaboradores da Sociedade, que se mostraram determinantes nos resultados alcançados.

O Conselho de Administração reconhece, de igual forma, o contributo de um conjunto muito significativo de entidades, públicas e privadas, que igualmente contribuíram para o bom desempenho da Montepio Gestão de Activos, de entre as quais se destaca:

- A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na qualidade de entidade supervisora;
- O Banco Montepio, na qualidade de entidade comercializadora dos organismos de investimento coletivo geridos;
- A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), pela sua atuação em defesa do mercado e de apoio à Sociedade;
- Os acionistas pela confiança e apoio dado ao Conselho de Administração, e a cada um dos seus membros, no desenvolvimento da sua atividade;
- Os membros dos Órgãos Sociais, nomeadamente os órgãos responsáveis pela fiscalização da Sociedade;
- Os investidores que tomam a opção de colocação dos seus meios financeiros na gestão da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



The image shows five horizontal lines, each with a handwritten signature in blue ink. The signatures are written in a cursive style. The first signature is the largest and most prominent, followed by four smaller ones. The signatures are written over the lines, with some ink bleeding through from the reverse side of the page.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - S.G.O.I.C., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

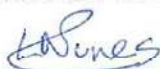
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária : Euro

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	2	6 523	19 886
Juros e encargos similares	2	(15 632)	(3 565)
Margem financeira		(9 109)	16 321
Rendimentos de serviços e comissões	3	5 534 765	2 847 764
Encargos com serviços e comissões	3	(199 308)	(209 937)
Resultados de reavaliação cambial		-	(1 106)
Resultados de alienação de outros activos		-	569
Outros resultados de exploração	4	(45 699)	(36 268)
Total de proveitos operacionais		5 280 649	2 617 342
Custos com pessoal	5	2 908 059	1 267 987
Gastos gerais administrativos	6	1 652 096	482 612
Depreciações	7	225 132	58 083
Total de custos operacionais		4 785 287	1 808 682
Resultado operacional		495 362	808 660
Imparidade de outros ativos	8	(245)	(659)
Resultado antes de impostos		495 607	809 319
Impostos			
Impostos correntes	15	191 917	182 626
Impostos diferidos	15	(26 263)	12 032
Resultado líquido do exercício		329 953	614 661
Resultados básicos e diluídos por ação	21	0,58	2,56

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - S.G.O.I.C., S.A.

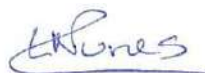
DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária : Euro

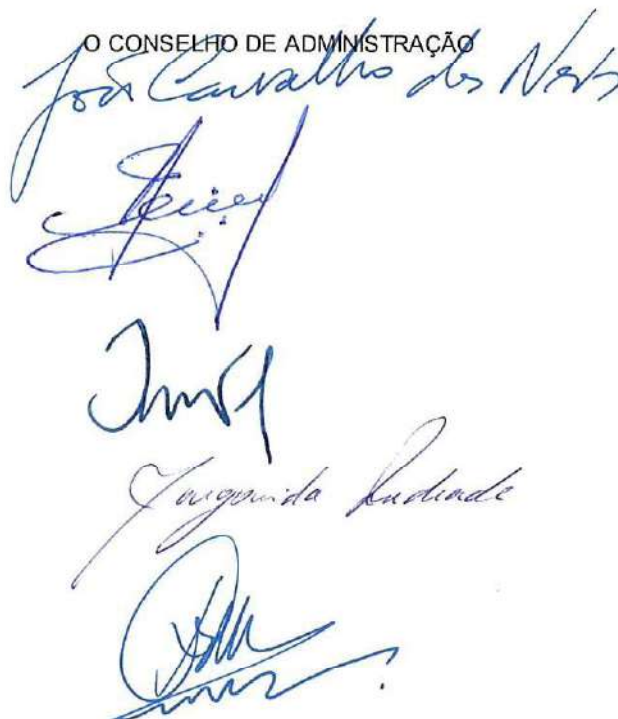
	Notas	31 dez. 2022	31 dez. 2021
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Remensurações do exercício	15, 23	815 327	86 013
Resultado líquido do exercício		329 953	614 661
Total de rendimento integral do exercício		1 145 280	700 674

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - S.G.O.I.C., S.A.

BALANÇO

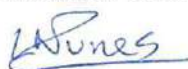
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária : Euro

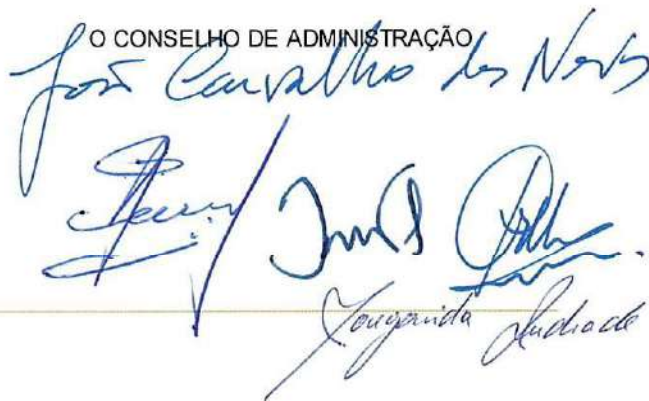
	Notas	31 dez. 2022	31 dez. 2021
Ativo			
Caixa	9	474	836
Disponibilidades em instituições de crédito	10	3 657 368	970 866
Aplicações em instituições de crédito	10	2 605 235	2 000 238
Ativos financeiros pelo custo amortizado	11	1 421	816
Outros ativos tangíveis	12	447 921	66 355
Ativos intangíveis	13	15 477	14 297
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	36 746	-
Ativos por impostos correntes	15	158 686	-
Ativos por impostos diferidos	15	261 945	68 228
Ativos de contratos com clientes	16	760 530	801 228
Outros ativos	16	1 505 595	74 773
Total do Ativo		9 451 398	3 997 637
Passivo			
Passivos por impostos correntes	15	-	174 959
Passivos por impostos diferidos	15	241 628	-
Outros passivos	17	1 904 496	573 430
Total do Passivo		2 146 124	748 389
Capital Próprio			
Capital	18	2 857 155	1 200 000
Outras reservas e resultados transitados	19	4 118 166	1 434 587
Resultado líquido do exercício		329 953	614 661
Total dos Capitais Próprios		7 305 274	3 249 248
		9 451 398	3 997 637

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária : Euro

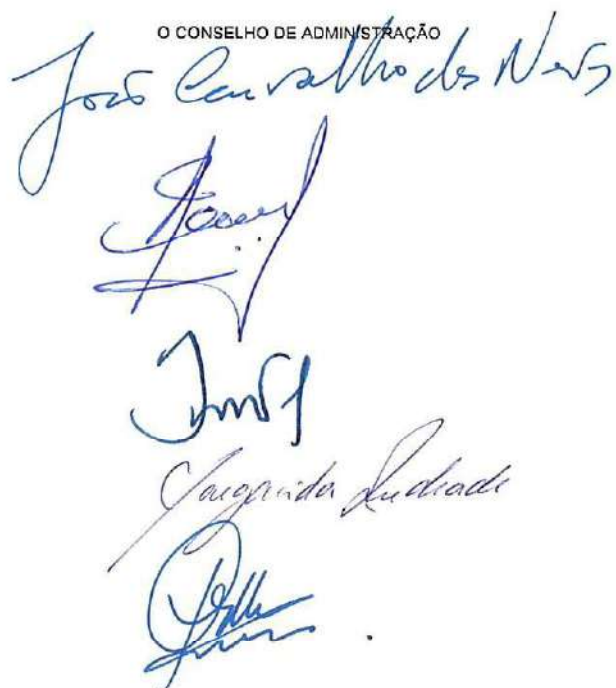
	Notas	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Reserva de fusão	Resultados acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2 548 574	1 200 000	1 315 280	295 692	-	(262 398)
Resultado líquido do exercício		614 661	-	-	-	-	614 661
Desvios actuariais	23	86 013	-	-	-	-	86 013
Outro rendimento integral do exercício		700 674	-	-	-	-	700 674
Constituição de reservas		-	-	-	(105 376)	-	105 376
Distribuição de Resultados	20	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3 249 248	1 200 000	1 315 280	190 316	-	543 652
Fusão com a Montepio Valor		4 491 555	1 657 155	1 442 845	-	13	1 391 542
Aumento de capital		1 657 155	1 657 155	-	-	-	-
Reforço de reservas legais		1 442 845	-	1 442 845	-	-	-
Incorporação de resultado		966 903	-	-	-	-	966 903
Incorporação de reservas		424 652	-	-	-	-	424 652
Reserva de fusão		-	-	-	-	13	(13)
Resultado líquido do exercício		329 953	-	-	-	-	329 953
Desvios actuariais	23	1 056 955	-	-	-	-	1 056 955
Impostos diferidos associados a desvios actuariais		(241 628)	-	-	-	-	(241 628)
Outro rendimento integral do exercício		1 145 280	-	-	-	-	1 145 280
Constituição de reservas		-	-	-	741	-	(741)
Distribuição de Resultados	20	(1 580 810)	-	-	-	-	(1 580 810)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		7 305 274	2 857 155	2 758 125	191 057	13	1 498 923

O anexo faz parte integrante destas das demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS - S.G.O.I.C., S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária : Euro

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		6 110 928	2 811 745
Pagamento de juros e comissões		(1 440)	(2 917)
Despesas com pessoal e fornecedores		(2 715 784)	(1 203 523)
Contribuições para fundos de pensões		(122 439)	(10 361)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(1 046 227)	(9 420)
Pagamento de outros impostos e contribuições		(1 752 576)	(699 253)
Outros pagamentos e recebimentos		(87 506)	(185 768)
		384 956	700 502
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
		384 956	700 502
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Venda de títulos		-	730 200
Compra de títulos		(642)	-
Constituição de depósitos a prazo		(2 500 000)	(2 000 000)
Vencimento de depósitos a prazo		2 000 000	-
Aquisição de imobilizações		(52 054)	(12 178)
		(552 696)	(1 281 978)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Contratos de locação operacional		(206 551)	(46 805)
Recebimento do acionista		163 719	
Distribuição de resultados		(1 580 810)	
		(1 623 642)	(46 805)
Variação líquida em caixa e equivalentes		(1 791 382)	(628 280)
Caixa e equivalentes no início do exercício		971 702	1 599 983
Posição inicial de caixa e equivalentes da Montepio Valor		4 477 523	n.a.
Variação líquida em caixa e equivalentes		(1 791 382)	(628 280)
Caixa e equivalentes no fim do exercício		3 657 842	971 702
Caixa e equivalentes no fim do exercício engloba			
Caixa	9	474	836
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	3 657 368	970 866
Total		3 657 842	971 702

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Atunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Gonçalves da Silva
João Gonçalves da Silva
João Gonçalves da Silva

3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Nota introdutória

A Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (adiante designada por "Sociedade" ou "Montepio Gestão de Activos") é uma sociedade gestora de fundos com sede na Rua do Carmo nº42, 7º Andar – Sala D, em Lisboa, detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 17 de maio de 1991, com a designação de Fiseco Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 27 de janeiro de 1993 a Sociedade adotou o nome MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual a partir de 3 de maio de 2004 transitou para a denominação de MG Gestão de Activos Financeiros – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.. Em 20 de julho de 2007 e por força da alteração do nome comercial da Sociedade para Montepio, a Sociedade passou a adotar a denominação Montepio Gestão de Activos, em 19 de março de 2020 por face da alteração da regulamentação alterou para a atual designação.

Até 3 de maio de 2004 a Sociedade tinha por objeto a gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, tendo desde essa data complementado a sua atividade com a gestão discricionária e individualizada de carteiras de terceiros (incluindo as carteiras correspondentes a fundos de pensões), consultoria de investimento e a gestão de fundos de capital de risco e de investimento imobiliário.

Em 28 de novembro de 2011, fruto da aquisição do Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. por parte do Montepio Geral – Associação Mutualista, a Sociedade assumiu a gestão dos fundos mobiliários pertencentes à Finivalor – Sociedade de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por "Finivalor") e alterou os estatutos de modo a revogar a atividade de gestão de fundos imobiliários, a qual passou a ser assegurada pela Finivalor. De referir que a 16 de janeiro de 2014, a Finivalor alterou a sua designação para Montepio Valor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (adiante designada por "Montepio Valor").

Em 30 de dezembro de 2021 concretizou-se a venda pela Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. ao Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), da totalidade das ações representativas de 100% do capital social da Montepio Valor, pelo que a Montepio Valor e a Montepio Gestão de Activos passaram a ser detidas pelo mesmo acionista maioritário, a Montepio Geral Associação Mutualista.

No seguimento da decisão de concentrar as atividades de gestão de ativos numa única entidade, em 15 de dezembro de 2022, produziu efeito a fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade após a devida autorização obtida conforme deliberação do Conselho de

Administração da CMVM de 22 de novembro do mesmo ano, incluindo o registo da gestão de organismos de investimento coletivo imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2022 os fundos mobiliários e imobiliários geridos pela Sociedade são os seguintes:

- Fundos mobiliários

Fundos abertos	Data de constituição
<i>Fundos de tesouraria</i>	
Montepio Tesouraria	27 de setembro de 1993
<i>Fundos de ações</i>	
Montepio Ações Europa	14 de junho de 2000
Montepio Euro Utilities	29 de março de 2005
Montepio Euro Energy	7 de maio de 2007
Montepio Euro Financial Services	7 de maio de 2007
Montepio Euro Healthcare	7 de maio de 2007
Montepio Ações EUA	7 de novembro de 2022
<i>Fundos de fundos</i>	
Montepio Multi Gestão Equilibrada	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Dinâmica	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	18 de setembro de 2000
Montepio Multi Gestão Prudente	18 de setembro de 2000
<i>Fundos de obrigações</i>	
Montepio Obrigações	1 de fevereiro de 1994
Montepio Taxa Fixa	3 de novembro de 1997

- Fundos imobiliários

Fundo aberto	Data de constituição
Valor Prime	14 de abril de 1997
Fundos fechados	
Imomarvãs	12 de dezembro de 2006
Portugal Estates Fund	3 de outubro de 2007
Polaris	22 de dezembro de 2009
Valor Arrendamento	26 de setembro de 2013
Fundinvest	21 de maio de 2004
Imourbe	21 de dezembro de 2006



1 Base de Apresentação e Principais Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento ("CE") n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, de 7 de dezembro, as demonstrações financeiras da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme aprovadas pela União Europeia ("UE") a partir do exercício de 2017. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 14 de abril de 2023. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados ao Euro mais próximo pelo que, os números apresentados como totais podem não resultar na soma aritmética dos parciais, decorrente do efeito do arredondamento.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente à data de referência das demonstrações financeiras.

Conforme referido na nota introdutória, em dezembro de 2022, concretizou-se a fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade. A operação de fusão e consequente extinção da Montepio Valor, teve lugar no dia 15 de dezembro de 2022 com respetivo registo na Conservatória de Registo Comercial, tendo a operação produzido efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2022. Desta forma, decorrente da operação de fusão ocorrida, a atividade da Sociedade de 2022 foi impactada pela adição de atividade da Montepio Valor, incluindo os saldos de balanço, as transações refletidas em resultados do exercício de 2022 e os respetivos fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor a 1 de janeiro de 2022, conforme descrito abaixo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico. Os ativos e passivos financeiros são apresentados ao justo valor, quando aplicável. Os outros ativos e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos

sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1.3 alínea p).

1.2 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Não se aplica à Sociedade.

d) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da

adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Não se aplica à Sociedade.

e) Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Impactos da alteração não foram significativos para a Sociedade.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

b) IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

c) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação

retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Sociedade não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Comparabilidade da informação

Durante o ano de 2022 e conforme já mencionado anteriormente, concretizou-se a fusão por incorporação da Montepio Valor, pelo que os valores relativos a 31 de dezembro de 2021 incluídos nas demonstrações financeiras para fins comparativos não são diretamente comparáveis.

Para um melhor entendimento sobre os efeitos da fusão, segue-se o efeito das operações descritas no balanço da Sociedade em 1 de janeiro de 2022.

BALANÇO		Unidade Monetária : Euro		
	MGA	MV	Movimentos fusão	MGA após fusão
Ativo				
Caixa	836	147		983
Disponibilidades em outras instituições de crédito	970 866	4 477 376		5 448 242
Aplicações em instituições de crédito	2 000 238	100 000		2 100 238
Ativos financeiros pelo custo amortizado	816	-		816
Outros ativos tangíveis	66 355	563 648		630 003
Ativos intangíveis	14 297	-		14 297
Investimentos em filiais, associadas e	-	36 746		36 746
Ativos por impostos diferidos	68 228	167 454		235 682
Ativos de contratos com clientes	801 228	305 687		1 106 916
Outros ativos	74 773	614 960		689 734
Total do Ativo	3 997 637	6 266 018		10 263 655
Passivo				
Passivos por impostos correntes	174 959	345 263		520 222
Outros passivos	573 430	1 429 200		2 002 630
Total do Passivo	748 389	1 774 463		2 522 852
Capital Próprio				
Capital	1 200 000	1 550 000	107 155	2 857 155
Outras reservas e resultados transitados	1 434 587	1 974 652	1 474 409	4 883 649
Resultado líquido do exercício	614 661	966 903	(1 581 564)	-
Total dos Capitais Próprios	3 249 248	4 491 555		7 740 804
	3 997 637	6 266 018		10 263 655

1.3 Principais políticas contabilísticas

a) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Outros ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir, em simultâneo, com as seguintes características e se não for designado ao justo valor através de resultados por opção (utilização da *Fair Value Option*):

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI). Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Sociedade tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido na margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço, a avaliação da imparidade dos instrumentos de dívida classificados ao custo amortizado é efetuada de acordo com a metodologia das perdas de crédito esperadas (ECL). Os valores a receber são de baixo risco sendo utilizada a estimativa a 12 meses (etapa 1)

b) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros, obrigatoriamente ao justo valor através de resultados, também

são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

c) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam sendo que a especialização dos proveitos resultantes de serviços prestados e não faturados é registada em "Ativos de contratos com clientes"; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; e
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados em margem financeira.

As comissões de gestão sobre fundos de investimento mobiliários correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão dos fundos. Estas comissões são calculadas numa base diária, por aplicação de uma taxa, definida nos respetivos regulamentos de gestão dos fundos, sobre o património líquido dos mesmos, sendo reconhecidas como proveitos em resultados.

As comissões de administração de valores por conta de outrem correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais), efetuada com total autonomia da Sociedade, atendendo às normas regulamentares da atividade e considerando a decisão do cliente face à percentagem de ações no valor global da carteira. De acordo com os contratos de gestão celebrados pela Sociedade, não existe por parte desta qualquer garantia de rendibilidade do capital administrado. A comissão auferida pela gestão de carteiras de terceiros (clientes individuais) resulta da aplicação de uma taxa definida em função do valor e

composição da carteira do cliente, sobre o valor médio da carteira no último dia útil de cada mês, do período alvo de faturação, que por norma coincide com um trimestre.

d) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento administrativo	5
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento de segurança	5
Equipamento informático	3
Equipamento de transmissão	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

e) Ativos intangíveis

Software

A Sociedade regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. A Sociedade não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

f) Locações (IFRS 16)

Definição de locação

Um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

A Sociedade reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados antes da entrada em vigor do contrato, custos diretos iniciais e deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui;
- pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;

- o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e,
- pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Quando não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário taxa de desconto, a que corresponde a taxa de financiamento atual da Sociedade, no caso dos imóveis e a taxa de cada um dos contratos, no caso de viaturas. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Sociedade reavalia um passivo da locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); ou,
- um contrato de locação é modificado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

A Sociedade não efetuou quaisquer reavaliações ou modificações aos passivos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Sociedade ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A contabilização dos contratos de locação, na ótica dos locatários, é refletida nas seguintes rubricas das demonstrações financeiras principais:

— na demonstração dos resultados:

- (i) registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- (ii) registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- (iii) registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

— no balanço:

- (i) registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso;
e
- (ii) registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

— na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais - Pagamentos de caixa a fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor e a rubrica de Outros activos e passivos operacionais inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido na IAS 17.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação e sujeitos a um risco de alteração de valor reduzido, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

h) Aplicações em Instituições de Crédito

Inclui depósitos a prazo com vencimento até 1 ano. Os juros são especializados e reconhecidos mensalmente.

i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

j) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definido – Empregados da Montepio Gestão de Activos (não inclui colaboradores da Montepio Valor)

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores incluindo um dos administradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos, outorgados a 22 de dezembro de 2006.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma e outros benefícios são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de um fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., denominado Fundo de Pensões Viva.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado

receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de resultados transitados, e que concorrem para o apuramento do outro rendimento integral.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma. O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

Os pagamentos ao fundo são efetuados anualmente pela Sociedade de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Plano de benefícios definido – Empregados da Montepio Valor

Em resultado da incorporação por fusão da Montepio Valor com a Sociedade, a mesma reconheceu nas demonstrações financeiras o plano de benefícios definidos dos empregados da Montepio Valor.

O plano de benefícios definidos decorre da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ('ACT') e subsequentes alterações, tendo a Montepio Valor constituído um fundo de pensões com vista a assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de um fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. denominado Fundo de Pensões Montepio Geral.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

O reconhecimento do plano de benefícios nas demonstrações financeiras da Sociedade, assim como os pagamentos ao fundo, são realizados da mesma forma que o plano de benefícios anteriormente indicado para a Montepio Gestão de Activos.

Plano de benefícios definido – Administração da Montepio Valor

A Montepio Valor constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência para os elementos do Conselho de Administração, em resultado da incorporação por fusão da Montepio Valor com a Sociedade, o plano de benefícios ficou reconhecido nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A partir de 2020, ficou garantido aos respetivos beneficiários todos os benefícios sociais, nos termos, condições e valores constantes do Plano de Pensões, na qualidade do Conselho de Administração da Sociedade que tenham exercido as suas funções em tempo completo, por mais de um ano e até ao fim do mandato, com exceção da situação de invalidez. Neste caso ou quando tenham atingido a idade de reforma em vigor para os trabalhadores da Sociedade, beneficiam de uma pensão de reforma vitalícia.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de adesão coletiva ao Fundo de Pensões Futuro Clássico, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

k) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

As incertezas sobre o tratamento fiscal de imposto sobre o rendimento são avaliadas com base na probabilidade de ocorrência utilizando o método do valor esperado ou do valor mais provável, conforme previsto na IFRIC 23.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

l) Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

m) Responsabilidades por prestação de serviços

Os fundos de investimento mobiliários e imobiliários e as carteiras de valores mobiliários geridos pela Sociedade encontram-se registados em contas extrapatrimoniais, refletindo as responsabilidades por prestação de serviços pelo valor líquido global do fundo no final de cada exercício ("NAV") e pelo valor de mercado acrescido, quando aplicável, dos juros corridos e não cobrados, respetivamente.

n) Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou a Sociedade não mantém controlo dos mesmos.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

o) Investimento em associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras da Sociedade ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As empresas associadas são entidades nas quais a Sociedade tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que existe influência significativa quando a Sociedade detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Sociedade detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não existe influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

p) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Remunerações variáveis

A administração da Sociedade, aprova anualmente um montante de prémios que é reconhecido no exercício a que diz respeito com base na melhor estimativa, tendo em atenção a informação disponível à data. Atendendo a que existem vários fatores que impactam com a decisão final dos valores a pagar, é possível que os valores finais a pagar possam divergir dos montantes inicialmente estimados e registados.

Imparidade dos outros ativos financeiros ao custo amortizado

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus outros ativos financeiros ao custo amortizado quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Sociedade avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Os outros ativos financeiros ao custo amortizado são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão da Sociedade. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar

determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos, exceto em caso

de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados (Ver nota 23)

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões, requer a utilização de pressupostos e estimativas incluindo a utilização de projeções atuariais e outras, tais como a taxa de desconto, taxa de crescimento de pensões e salários, tábua de mortalidade, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades dos planos de pensões.

Alterações nos pressupostos anteriormente indicados poderão ter impacto significativo nos valores determinados.

g) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

2 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2022 (€)	2021 (€)
Juros e rendimentos similares		
Aplicações em instituições de crédito	6 519	238
Ativos financeiros pelo custo amortizado	4	19 649
	6 523	19 886
Juros de passivos de locação		
Imovéis - IFRS 16	(12 587)	(2 600)
Viaturas - IFRS 16	(2 357)	(965)
Outros	(689)	-
	(15 632)	(3 565)
	(9 109)	16 321

Relativamente aos juros de aplicações em outras instituições de crédito, em 2021 o montante aplicado era de 2.000.000 € a 0.075% e em 2022 o montante aplicado foi de 2.000.000 € a 1,50% com maturidade a 1 ano e 500.000 a 1,25% com maturidade a 6 meses.

A variação verificada em juros de outros ativos financeiros ao custo amortizado deve-se à amortização do investimento realizado em obrigações do tesouro remuneradas a uma taxa 3,85% (2005/2021) com o montante nominal de 730.200 €.

A variação verificada na rubrica "Juros e encargos similares" é sobretudo explicada pela fusão por incorporação da Montepio Valor, incluindo o valor de 11.517,54 € relativo a locações de Imóveis e 1.200,47 € relativo a locações de Viaturas (ver nota 12).

3 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2022 (€)	2021 (€)
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados de administração de valores	1 547 818	2 288 262
Comissões de gestão de OIC	3 986 947	530 776
Outras comissões recebidas	-	28 726
	<u>5 534 765</u>	<u>2 847 764</u>
Encargos com serviços e comissões		
Operações realizadas por terceiros	(1 702)	(3 386)
Serviços bancários prestados por terceiros	(806)	-
Outras comissões pagas	(196 799)	(206 551)
	<u>(199 308)</u>	<u>(209 937)</u>
	<u>5 335 457</u>	<u>2 637 827</u>


A redução verificada na rubrica "Por serviços prestados de administração de valores" deve-se essencialmente à diminuição das comissões variáveis (montante de 83.382,38 € em 2022 Vs 1.019.738 € cobradas em 2021).

A rubrica "Comissões de gestão de OIC" inclui o valor faturado aos fundos mobiliários e imobiliários sob gestão da Sociedade, esse valor é decomposto da seguinte forma:

	2022 (€)	2021 (€)
Comissões de gestão de OIC		
Fundos mobiliários	703 961	530 776
Fundos imobiliários	3 282 985	-
	<u>3 986 947</u>	<u>530 776</u>

A rubrica de "Outras comissões pagas" é relativa à taxa de supervisão paga à CMVM.

Em 2022 a atividade de fundos de investimento imobiliário não registou comissão de performance.



71

4 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Outros proveitos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	7 421	97
	7 421	97
Outros custos de exploração		
Outros encargos e gastos operacionais	(38 403)	(34 304)
Outros impostos	(14 717)	(2 062)
	(53 120)	(36 366)
	(45 699)	(36 269)

Em 2022, a rubrica "Outros ganhos e rendimentos operacionais" inclui reembolso de despesas (montante de 2.176,49 €), e o ajustamento do Prémio de final de carreira no valor de 3.269,00 €, referente à saída de 3 colaboradores da empresa tendo as responsabilidades sido reduzidas pelo aumento da taxa de desconto.

A rubrica "Outros encargos e gastos operacionais" incluem encargos com quotizações e donativos no valor de 31.382,97 €.

A rubrica "Outros impostos" inclui o imposto do selo no valor de 6.298,04 €, inclui a insuficiência de estimativa de IRC de 2021 da Montepio Gestão de Activos no valor de 17.335,21 € e o excesso de estimativa de IRC de 2021 da Montepio Valor no valor de 8.916,16 €.

5 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é apresentado como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	863 529	263 392
Remuneração de Empregados	1 263 822	581 655
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	508 082	182 461
Outros encargos sociais obrigatórios	17 483	-
Outros custos com o pessoal		
Encargos relativos às responsabilidades com pensões	195 756	87 402
Plano benefício definido - MGA	95 508	87 402
Plano benefício definido - MV	(19 747)	-
Plano benefício definido - Administração	119 995	-
Outros custos com o pessoal	59 387	153 077
	2 908 059	1 267 987

As variações da rubrica de Custos com pessoal, estão sobretudo relacionadas com a incorporação de colaboradores da Montepio Valor na Sociedade, decorrente da fusão ocorrida no exercício.

A 31 de dezembro de 2022 a Sociedade tinha ao seu serviço um efetivo de 33 colaboradores, 17 dos quais transitaram da Montepio Valor (2021: 15 colaboradores).

A rubrica Custos com Pessoal inclui uma estimativa para o eventual pagamento de remunerações variáveis aos seus colaboradores, todavia não existindo ainda a esta data, qualquer deliberação do montante de remunerações variáveis que virá a ser pago, e que depende ainda de concertação ao nível do Grupo MGAM.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Sociedade, durante o exercício de 2022 são apresentados como segue:

	Conselho de Administração 2022 (€)	Conselho Fiscal 2022 (€)
Remunerações		
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	786 991	76 538
Encargos com a Segurança Social	179 250	12 814
	966 241	89 352

Os valores apresentados para 2022, e uma vez que a fusão entre a Sociedade e a Montepio Valor apenas ocorreu em 15 de dezembro de 2022, incluem valores pagos aos órgãos de gestão das duas entidades.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Sociedade, durante o exercício de 2021 são apresentados como segue:

	Conselho de Administração 2021 (€)	Conselho Fiscal 2021 (€)
Remunerações		
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	249 359	14 033
Encargos com a Segurança Social	53 827	-
	303 186	14 033

Durante o exercício de 2022 verificou-se o seguinte:

- Entrada como Presidente do Conselho de Administração de João Carlos Carvalho das Neves, em representação da Montepio Geral Associação Mutualista;
- Entrada dos Administradores Maria Margarida Carrusca Pontes do Rosário Ribeiro de Andrade e Francisco José Gonçalves Simões, em resultado da fusão com a Montepio Valor.

Com estas alterações, a Sociedade passou a ter cinco administradores.

6 Gastos gerais administrativos

As variações da rubrica de Gastos gerais administrativos, estão sobretudo relacionadas à fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade. O valor desta rubrica é composto por:

	2022 (€)	2021 (€)
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	46 841	5 013
Outros fornecimentos de terceiros	9 825	4 196
Material de consumo corrente	8 564	818
Publicações	2 575	0
	67 805	10 028
Com serviços		
Outros serviços de terceiros	708 672	5 654
Serviços especializados	700 882	425 481
Rendas e alugueres	61 801	25 128
Conservação e reparação	27 950	1 672
Comunicações	26 786	673
Deslocações, estadias e representação	24 635	882
Seguros	15 206	2 545
Formação de pessoal	14 917	10 470
Publicidade e edição de publicações	3 442	80
	1 584 291	472 584
	1 652 096	482 612

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Serviços especializados" decompõe-se da seguinte forma:

	2022 (€)	2021 (€)
Encargos com bancos de dados	238 171	222 220
Informática	127 496	54 583
Auditoria e Consultoria	125 484	37 552
Despesas com processo de fusão	82 106	-
Avenças e honorários	67 226	53 649
Research	25 413	21 182
Limpeza	15 027	3 358
Avaliadores externos	8 672	-
Projecto comercialização FIMs	6 630	2 500
Encargos judiciais, contencioso e notariado	4 657	843
Outros	-	10 471
Serviços Banco Montepio	-	19 125
	700 882	425 481

A variação na globalidade das rubricas, é explicada pela da fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade.

A rubrica de "Auditoria e consultoria" inclui o valor sem IVA de 68.721,12 € (2021: 13.170 €) relacionados com custos incorridos com honorários relativos à revisão legal de contas, bem como outros serviços de garantia de fiabilidade, efetuados pelo Revisor Oficial de Contas.

O detalhe das remunerações atribuídas a auditores e à sua rede, de acordo com a sua natureza e a sociedade pela qual os serviços foram prestados, durante o exercício de 2022 é o seguinte:

Honorários PwC SROC	2022 (€)	2021 (€)
Auditoria	42 460	13 170
Outros serviços		
Serviços distintos de auditoria exigidos por lei	1 670	1 520

Em 2022, os custo relacionados com "Serviços Banco Montepio", anteriormente apresentados em "Serviços Especializados", foram reclassificados para a rubrica "Outros serviços de terceiros".

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica "Outros serviços de terceiros" decompõe-se da seguinte forma:

	2022 (€)	2021 (€)
Cedência de pessoal	544 368	-
Serviços Banco Montepio	70 698	-
Serviços ACE	53 721	-
Outros serviços de terceiros	26 609	5 654
Trabalho temporário	13 276	-
	708 672	5 654

Os valores de "Cedência de pessoal" correspondem ao montante pago ao Banco Montepio com colaboradores que prestam serviços à Montepio Valor relativamente aos quais existe um contrato de cedência do Banco Montepio. Em 2022 existiam 9 colaboradores cedidos à Montepio Valor, e que, depois de 15 de dezembro 2022, passaram a prestar serviços à Sociedade.

O aumento dos valores de "Serviços Banco Montepio", registados na rubrica "Serviços Especializados" pela Sociedade (2021: 19.125€) é sobretudo explicada pela incorporação dos encargos da Montepio Valor de 51.564 €. O valor dos Serviços ACE refere-se também na íntegra à atividade da ex-Montepio Valor.

7 Depreciações

O valor desta rubrica é composto por:

	2022 (€)	2021 (€)
Activos Intangíveis:		
Software	10 109	9 854
	10 109	9 854
Outros ativos tangíveis:		
De obras em imóveis arrendados	63 752	-
Mobiliário e material	1 501	2 070
Equipamento Informático	13 767	4 602
	79 020	6 673
Ativos sob direito de uso:		
Imóveis	103 830	33 729
Viaturas	32 173	7 828
	136 003	41 557
	225 132	58 083

Os valores "De obras em imóveis arrendados" e o aumento verificado em 2022 das depreciações em ativos sob direito de uso, resultam essencialmente da fusão com a Montepio Valor.

8 Imparidade de outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Imparidade de outros ativos		
Dotação do exercício	(245)	(659)
	(245)	(659)

Em complemento com a nota 11 e 16.

9 Caixa

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Caixa	474	836
	474	836

10 Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Depósitos à ordem no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	3 657 368	970 866
	3 657 368	970 866

	2022 (€)	2021 (€)
Aplicações em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	2 605 235	2 000 238
	2 605 235	2 000 238

De acordo com as políticas contabilísticas, nota 1.3 g), os saldos de depósitos à ordem correspondem aos apresentados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa.

Relativamente às aplicações em instituições de crédito no país, os valores de 2022 correspondem aos seguintes depósitos:

	Montante nominal (€)	Data constituição	Data Reembolso	Taxa	Juro
Aplicações em instituições de crédito no país					
Depósito a prazo 1 ano	2 000 000	09/11/2022	09/11/2023	1,50%	4333
Depósito a prazo 6. meses	500 000	09/11/2022	09/05/2023	1,25%	902
Depósito sustentabilidade Mar.2021	100 000	05/03/2021	06/03/2023	-	0
	2 600 000			-	5 235

Em 2021, os valores correspondiam ao seguinte depósito:

	Montante nominal (€)	Data constituição	Data Reembolso	Taxa	Juro
Aplicações em instituições de crédito no país					
Depósito a prazo 1 ano	2 000 000	04/11/2021	04/11/2022	0,075%	238
	2 000 000			-	238

11 Outros ativos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de emissores públicos nacionais	1 423	817
Imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado	(2)	(1)
	1 421	816

O justo valor da carteira de outros ativos financeiros ao custo amortizado encontra-se apresentado na nota 25.

Em 31 de dezembro de 2022 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

	Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 5,65%	PTOTEQOE0015	Outras	Portugal	S	103.12%	70 000	700	Custo amortizado	777
- OT 0,70%	PTOTEMOE0035	Outras	Portugal	S	90.10%	70 000	700	Custo amortizado	646
						140 000	1 400		1 423

Em 31 de dezembro de 2021 o inventário da carteira de títulos é composto como segue:

	Código do título	Tipo de emitente	País emitente	Cotado/ Não cotado (S/N)	Cotação	Quantidade	Valor nominal (Euros)	Critério valorimétrico	Valor de balanço (Euros)
Instrumentos de dívida pública									
Obrigações do tesouro									
- OT 5,65%	PTOTEQOE0015	Outras	Portugal	S	100.00%	70 000	700	Custo amortizado	817
						70 000	700		817

Os outros ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 alínea a).

As obrigações são mantidas para corresponder aos requisitos de cobertura de responsabilidades do Sistema de Indemnização aos Investidores ("SII") e, assim sendo, encontra-se penhorado a favor deste, de acordo com o Decreto – Lei nº 222/99, de 22 de junho.

A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 fica a dever-se ao facto das obrigações do tesouro terem atingido a sua maturidade.

Os movimentos de imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado são analisados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Saldo em 1 de janeiro	1	660
Dotação do exercício	1	-
Reversão do exercício	-	(659)
Saldo em 31 de dezembro	2	1

12 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valor de aquisição		
Obras em imóveis arrendados	226 314	-
Mobiliário e Material	36 755	31 497
Máquinas e Ferramentas	4 882	4 197
Equipamento Informático	130 135	38 289
Equipamento de transmissão	2 939	2 939
Património artístico	1 382	1 382
Equipamento de segurança	806	-
Direito de uso - Imóveis	510 387	122 304
Direito de uso - Viaturas	232 253	35 515
	1 145 853	236 122
Depreciações acumuladas		
Obras em imóveis arrendados	(160 057)	-
Mobiliário e Material	(34 088)	(28 114)
Máquinas e Ferramentas	(4 392)	(3 217)
Equipamento Informático	(109 842)	(36 774)
Equipamento de transmissão	(2 940)	(2 940)
Equipamento de segurança	(806)	-
Direito de uso - Imóveis	(195 477)	(78 711)
Direito de uso - Viaturas	(190 330)	(20 011)
	(697 932)	(169 767)
	447 921	66 355

As variações registadas na rubrica de outros ativos tangíveis são sobretudo justificadas pela fusão entre a Sociedade e a Montepio Valor.

O montante indicado em "Obras em imóveis arrendados" corresponde ao valor relativo a obras efetuadas no edifício sede da Montepio Valor.

Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2022, são analisados no quadro seguinte:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Fusão com Montepio Valor (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Regularizações (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
Valor de aquisição							
Obras em imóveis arrendados	-	226 314	-	-	-	-	226 314
Mobiliário e Material	31 497	5 259	-	-	-	-	36 755
Máquinas e Ferramentas	4 197	685	-	-	-	-	4 882
Equipamento Informático	38 289	73 085	18 760	-	-	-	130 135
Equipamento de transmissão	2 939	-	-	-	-	-	2 939
Património artístico	1 382	-	-	-	-	-	1 382
Equipamento de segurança	-	806	-	-	-	-	806
Direito de uso - Imóveis	122 304	388 084	-	-	-	-	510 387
Direito de uso - Viaturas	35 515	182 558	14 180	-	-	-	232 253
	236 122	876 790	32 940	-	-	-	1 145 853
Depreciações acumuladas							
Obras em imóveis arrendados	0	(96 305)	-	(63 752)	-	-	(160 057)
Mobiliário e Material	(28 114)	(4 963)	-	(1 011)	-	-	(34 088)
Máquinas e Ferramentas	(3 217)	(685)	-	(489)	-	-	(4 392)
Equipamento Informático	(36 774)	(59 301)	-	(13 767)	-	-	(109 842)
Equipamento de transmissão	(2 940)	-	-	-	-	-	(2 940)
Equipamento de segurança	-	(806)	-	-	-	-	(806)
Direito de uso - Imóveis	(78 711)	(12 936)	-	(103 830)	-	-	(195 477)
Direito de uso - Viaturas	(20 011)	(138 146)	-	(32 173)	-	-	(190 330)
	(169 767)	(313 142)	-	(215 023)	-	-	(697 932)
	66 355						447 921

Em novembro de 2021 procedeu-se ao abate de ativos tangíveis (equipamento) no montante de 82.397€ pelo facto de estes já não serem utilizados e estarem totalmente amortizados.

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Ativos sob direito de uso" corresponde essencialmente a imóveis (edifício sede) e à frota de viaturas, sendo amortizados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1 alínea f).

Os movimentos da rubrica outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2021 são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Regularizações (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
Valor de aquisição						
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e Material	31 497	-	-	-	-	31 497
Máquinas e Ferramentas	7 933	-	-	(3 737)	-	4 196
Equipamento Informático	95 888	-	-	(57 599)	-	38 290
Equipamento de transmissão	23 158	843	-	(21 061)	-	2 940
Património artístico	1 382	-	-	-	-	1 382
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-	-
Direito de uso - Imóveis	174 975	-	-	(52 671)	-	122 304
Direito de uso - Viaturas	75 875	-	-	(40 360)	-	35 515
	410 708	843	-	(175 428)	-	236 122
Amortizações acumuladas						
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	-	-
Mobiliário e Material	(27 376)	-	(738)	-	-	(28 114)
Máquinas e Ferramentas	(6 465)	-	(489)	3 737	-	(3 217)
Equipamento Informático	(89 771)	-	(4 602)	57 599	-	(36 774)
Equipamento de transmissão	(23 158)	-	(843)	21 061	-	(2 940)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-	-
Direito de uso - Imóveis	(75 107)	-	(33 729)	30 124	-	(78 711)
Direito de uso - Viaturas	(16 900)	-	(7 828)	4 717	-	(20 011)
	(238 777)	-	(48 228)	117 238	-	(169 767)
	171 931					66 355

13 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valor de aquisição		
<i>Software</i>	554 385	503 568
	554 385	503 568
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(10 109)	(9 854)
Relativas a exercícios anteriores	(203 903)	(154 521)
	(214 012)	(164 375)
Imparidades acumuladas:		
<i>Software</i>	(324 896)	(324 896)
	15 477	14 297

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2022, são analisados como segue:

	Saldo em 01 de Janeiro (€)	Fusão com Montepio Valor (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Transfer. (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
Valor de aquisição							
<i>Software</i>	503 568	39 528	11 289		-	-	554 385
	503 568	39 528	11 289		-	-	554 385
Amortizações acumuladas:							
<i>Software</i>	(164 375)	(39 528)		(10 109)	-	-	(214 012)
	(164 375)	(39 528)		(10 109)	-	-	(214 012)
Imparidades acumuladas:							
<i>Software</i>	(324 896)						(324 896)
	(489 271)	(39 528)		(10 109)	-	-	(538 909)
	14 297						15 477

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2021, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro (€)	Aquisições/ Dotações (€)	Depreciações do exercício (€)	Abates (€)	Transfer. (€)	Saldo em 31 de Dezembro (€)
Valor de aquisição						
<i>Software</i>	654 909	11 167		(162 508)	-	503 568
	654 909	11 167		(162 508)	-	503 568
Amortizações acumuladas:						
<i>Software</i>	(317 029)		(9 854)	162 508	-	(164 375)
	(317 029)		(9 854)	162 508	-	(164 375)
Imparidades acumuladas:						
<i>Software</i>	(324 896)					(324 896)
	(641 925)		(9 854)	162 508	-	(489 271)
	12 984					14 297

Em novembro de 2021 procedeu-se ao abate de ativos intangíveis (*software*) no montante de 162.508 € pelo facto de estes já não serem utilizados e estarem totalmente amortizados.

14 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	36 746	-
	36 746	-

A 9 de maio de 2014, foi constituído o Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE. A Sociedade em resultado da fusão com a Montepio Valor, participa neste ACE com uma percentagem de 1,5%, a que corresponde o custo de aquisição de 36.746 €.

Os dados relativos à Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE em 2022 são apresentados como segue:

	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Proveitos	Custo de participação
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	4 174 881	1 725 174	2 449 707	4 362 424	36 746
	4 174 881	1 725 174	2 449 707	4 362 424	36 746

15 Impostos

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
IRC a pagar	-	(174 959)
IRC a recuperar	158 686	-
	158 686	(174 959)

O valor de IRC a recuperar resulta da diferença entre valor de imposto apurado (191.917,22 €) e dos pagamentos por conta realizados durante o ano de 2022 no total de 350.603 €, sendo que parte deste valor (183.620 €) resultam da fusão com a Montepio Valor.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

Ativo		
	2022 (€)	2021 (€)
Saldo inicial	68 228	80 261
Dedução de prejuízos fiscais		(12 032)
Fusão com Montepio Valor	167 454	
Benefícios pós emprego da administração	26 263	
Saldo final	261 945	68 228

O valor na rubrica "Fusão com Montepio Valor" corresponde ao montante de imposto diferido acumulado até 2021 referente aos benefícios pós emprego da administração da ex-Montepio Valor. O saldo registado em "Benefícios pós emprego da administração" corresponde ao valor de imposto diferido em 2022 (ver nota 23).

Os passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como segue:

Passivo		
	2022 (€)	2021 (€)
Saldo inicial		
Impostos diferidos passivos associados a desvios atuariais	241 628	-
Saldo final	241 628	-

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2022
Taxa de IRC (a)	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%
Total (b)	22,5%

(a) aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A

incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Conforme referido na política contabilística na nota 1.3 k) e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa da Sociedade da sua recuperabilidade.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 teve origem no prejuízo fiscal obtido pela Sociedade em 2019, tendo sido utilizado parcialmente em 2020 e o remanescente utilizado em 2021:

	2021 (€)	
	Reconhecimento em resultados	Reconhecimento em reservas e resultados transitados
Imposto diferido ativo		
Prejuízos fiscais	12 032	-
	12 032	-

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Resultado antes de impostos	495 607	809 319
Montantes a acrescer / (deduzir)	172 643	12 692
Resultado tributável / (Prejuízo fiscal)	668 250	822 011
Dedução prejuízo fiscal	-	(57 297)
Base tributável	668 250	764 714
Imposto sobre o rendimento	140 332	159 590
Tributação autónoma	41 561	9 420
Derrama municipal	10 024	12 330
Imposto corrente a pagar	191 917	181 340
Insuficiência de estimativa de imposto		1 286
Total de imposto corrente	191 917	182 626
Total de impostos diferidos	(26 263)	12 032
Total de imposto sobre o rendimento	165 654	194 658
Taxa de imposto	21%	21%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa efetiva	38.7%	22.6%
Pagamentos por conta	350 603	6 381
Imposto a recuperar / a pagar	(158 686)	174 959

Para os primeiros 25.000 € de matéria coletável foi aplicada a taxa reduzida de 17%.

Tal como indicado anteriormente, o valor de IRC a Recuperar em 2022 resulta da diferença entre valor de imposto corrente apurado (191.917 €) e dos pagamentos por conta realizados durante o ano de 2022 no total de 350.603 €, sendo que parte deste valor (183.620 €) resultam da fusão com a Montepio Valor.

Em 2022 o imposto corrente foi de 191.917 € composto por 150.536 € referente imposto apurado e derrama municipal para o exercício e 41.561 € referente a tributações autónomas.

Em 2021 o imposto corrente foi de 182.626 € composto por 171.920 € referente imposto apurado e derrama municipal para o exercício, 9.420 € referente a tributações autónomas e 1.286 € relativo a imposto de exercícios anteriores

Relativamente aos impostos diferidos no valor de 12.032 € estes dizem respeito a prejuízos fiscais, o valor de 2022 é referente aos benefícios pós emprego da administração.

16 Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Outros ativos		
Devedores diversos	177 717	168 063
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	1 389 660	3 621
Plano benefício definido - MGA	428 468	3 621
Plano benefício definido - MV	645 437	-
Plano benefício definido - Administração	315 755	-
Outras despesas com encargo diferido	103 165	68 037
	<u>1 670 542</u>	<u>239 720</u>
Imparidade para outros ativos	(164 947)	(164 947)
Total de Outros ativos	1 505 595	74 773
Ativos de contratos com clientes	760 530	801 228

A rubrica "Imparidade para outros ativos" regista ainda o valor de 164.947 € (2021: 164.947 €) relativo a imposto sobre rendimento retido relativo a exercícios anteriores a 2015. Face às perspetivas de recuperação da Sociedade este valor foi integralmente provisionado no exercício de 2017, situação que continua sem alteração.

A rubrica "Ativos de contratos com clientes" inclui comissões por serviços prestados de administração de valores ainda não recebidos e que se encontram detalhados no quadro seguinte:

	2022 (€)	2021 (€)
Gestão por conta de Outrem	392 340	747 311
Fundos Mobiliários	68 330	53 917
Fundos Imobiliários	299 860	-
	760 530	801 228

A variação verificada na Gestão por conta de outrem deve-se ao facto de em dezembro de 2021 se terem cobrado comissões variáveis de 439.430€. O reconhecimento de 299.862 € de comissões de Fundos Imobiliários, está relacionado com a fusão da Sociedade, com a Montepio Valor.

17 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Credores e outros recursos		
Credores locação financeira	366 984	63 575
Outros credores	257 956	89 764
Sector público administrativo	186 141	90 011
Outros encargos a pagar		
Por gastos com o pessoal	476 615	220 279
Valores das responsabilidades líquidas do valor dos ativos do fundo de pensões	-	(3 621)
Por gastos gerais administrativos	108 248	75 771
Outras contas de regularização	508 552	37 650
	1 904 496	573 430

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Credores locação financeira" inclui o montante de 328.655 € (303.326 € referente a imóveis e 25.329 € de viaturas) resultantes da fusão por incorporação da Montepio Valor.

A rubrica de "Outros credores" inclui dívidas da Sociedade a fornecedores.

A variação de encargos a "pagar por gastos com pessoal" está relacionada com a fusão por incorporação da Montepio Valor.

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui o montante de 513.946 € de passivos e outras possíveis responsabilidades resultante da liquidação dos fundos Montepio Arrendamento e Montepio Arrendamento II respetivamente, entregues à Montepio Valor para que promova a regularização destes valores.

A rubrica inclui também o montante de 50.880 € de valor correspondente ao Imposto de Selo para ser entregue à Autoridade Tributária.

18 Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital da Sociedade segue a seguinte distribuição:

	2022			2021		
	N.º de ações	Montante €	%	N.º de ações	Montante €	%
Montepio Geral Associação Mutualista	571 086	2 855 430	99.94%	239 655	1 198 275	99.86%
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	300	1 500	0.05%	300	1 500	0.13%
Fundação Montepio Geral	15	75	0.00%	15	75	0.01%
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0.00%	15	75	0.01%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	15	75	0.00%	15	75	0.01%
	571 431	2 857 155	100%	240 000	1 200 000	100%

O capital da Sociedade em 31 de dezembro de 2022, após fusão com a Montepio Valor ascende a 2.857.155 € e é representado por 571.431 ações com valor nominal de 5€ cada.

A fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade resultou no aumento de ações detidas pelo acionista Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) em 331.431 ações da Sociedade a 5 € cada, correspondendo a 1.500.000 € do capital social e a 107.155 € de reserva legal da Montepio Valor, atendendo que a Montepio Valor era detida a 100% pela MGAM.

19 Outras reservas e resultados transitados

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a transferência da supervisão da Sociedade do Banco de Portugal para a CMVM, o regime de constituição de reserva legal previsto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável às entidades sob a supervisão do Banco de Portugal, deixou de ser aplicável à Sociedade, passando o Código das Sociedades Comerciais a ser referencial para este efeito.

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é, obrigatoriamente, dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do Capital Social da Sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social. A 31 de dezembro de 2022 e 2021 as reservas legais excedem os 20% do Capital Social da Sociedade.

A rubrica de Outras reservas e resultados transitados é analisada como segue:

	2022 (€)	Constituição de reservas	Fusão com Montepio Valor	2021 (€)
Outras reservas e resultados transitados				
Reserva legal	2 758 125	-	1 442 845	1 315 280
Outras reservas	195 275	741	4 218	190 316
Reserva de fusão	804	-	-	-
Resultados transitados				
Resultados transitados aprovados	254 651	13	255 442	-
Diferenças resultantes alteração políticas contabilísticas	(259 331)	-	(259 331)	-
Outras Reservas - Desv.Atuariais colaboradores	1 087 963	-	393 184	(68 942)
Outras Reservas - Desv.Atuariais administração	324 703	-	31 468	-
Outras Reservas - Desv.Atuariais imp.difer.Passivos	(241 629)	-	-	-
Ajustamento de Transição IFRS 9	(2 396)	-	(329)	(2 067)
	4 118 166	754	1 867 497	1 434 588

A variação da rubrica é justificada não só pela fusão da Sociedade com a Montepio Valor como também com os desvios atuariais positivos registados em 2022 de 1.056.956 (2021: desvios negativos de 68.942 €).

20 Distribuição de resultados

Em 2022 e com referência ao exercício de 2021:

- i. a Montepio Gestão de Activos na Assembleia Geral de 29 de março de 2022 deliberou a distribuição do montante de 613.920 € ao acionista e a aplicação de 741 € em outras reservas e;
- ii. a Montepio Valor na Assembleia Geral de 28 de abril de 2022 deliberou a distribuição do montante de 966.890 € ao acionista e 13 € em resultados transitados.

O Conselho de Administração propõe para aplicação do resultado líquido do exercício de 2022, no total de 329.952,67€ a distribuição de 329.000 € para o acionista e o restante para outras reservas no montante de 952,67 €.

21 Resultado por Ação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o apuramento por ação pode ser apresentado como se segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Resultado Líquido do período	329 953	614 661
Número médio de ações em circulação no exercício (Nota 18)	571 431	240 000
Resultados básicos e diluídos por ação	0,58	2,56

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

22 Responsabilidades por prestação de serviços

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 o valor total de ativos geridos pela Sociedade é composto como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Gestão de Patrimónios	1 474 188 285	1 640 208 830
Gestão de fundos Mobiliários	180 916 586	175 797 801
Gestão de fundos Imobiliários	411 573 232	-
Total	2 066 678 103	1 816 006 631

Em 2022 a rubrica gestão de patrimónios inclui carteiras pertencentes à sociedade Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. no valor de 1.458.429.387 € (2021: 1.620.610.549 €).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor sob gestão dos Fundos de Investimento é apresentado como segue:

Valores de gestão de OIC	2022 (€)	2021 (€)
Montepio Ações Europa	17 498 019	21 665 408
Montepio Ações EUA	12 041 520	0
Montepio Euro Energy	15 894 403	7 748 728
Montepio Euro Financial Services	4 925 774	4 721 840
Montepio Euro Healthcare	15 449 647	14 094 092
Montepio Euro Utilities	9 268 137	9 735 308
Montepio Multi Gestão Equilibrada	11 904 411	11 635 651
Montepio Multi Gestão Dinâmica	9 796 968	9 741 931
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes	4 045 521	5 361 596
Montepio Multi Gestão Prudente	17 491 299	10 798 822
Montepio Obrigações	10 455 259	8 796 570
Montepio Taxa Fixa	8 951 907	11 878 581
Montepio Tesouraria	43 193 721	49 681 110
Montepio Global	-	6 934 643
Montepio Euro Telcos	-	3 003 522
Total	180 916 586	175 797 801
Valores de gestão de OII	2022 (€)	2021 (€)
Valor Prime	315 690 610	297 763 411
Imomarvãs	6 387 834	6 254 133
Portugal Estates Fund	2 405 842	3 862 458
Polaris	4 244 452	4 150 669
Valor Arrendamento	8 791 989	20 377 585
Fundinvest	58 607 579	53 177 687
Imourbe	15 444 926	14 594 763
Total	411 573 232	400 180 706

23 Benefícios aos empregados

Em 2021 nas demonstrações financeiras da Sociedade estava apenas registado o plano de benefícios definido dos empregados da Montepio Gestão de Activos. Com a fusão por incorporação da Montepio Valor na Sociedade, passaram a existir mais dois Planos de Pensões reconhecidos nas demonstrações financeiras: o plano de benefícios definido dos ex-empregados da Montepio Valor e o plano de benefícios definido dos ex-administradores da Montepio Valor, conforme descrito na política contabilística nota 1.3 j).

a) Fundo de Pensões Viva – Montepio Gestão de Activos

A Sociedade assumiu, em 22 de dezembro de 2006, o compromisso de conceder aos seus colaboradores um complemento de pensões de reforma com benefício definido.

A pensão anual é igual a 1% do salário final pensionável por ano de serviço pensionável, com o máximo de 25% do salário pensionável final.

Para a cobertura das suas responsabilidades são efetuadas contribuições, quando necessário, para a adesão coletiva ao Fundo de Pensões Viva, o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e no qual a Sociedade participa em 5,6% (2021: 5,1%).

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2022 (€)	2021 (€)
Pressupostos Financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de rendimento do fundo	4,22%	1,40%
Taxa de desconto	4,22%	1,40%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 - 1	TV 88/90 +1
Mulheres	TV 88/90 - 2	TV 88/90 +2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projetado		

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o número de participantes ativos abrangidos por este plano de pensões era o seguinte:

	2022	2021
Número de participantes ativos	14	14
	14	14

Atualmente no fundo, existem 2 participantes ex-ativos.

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades		
Pessoal ativo	1 363 079	1 994 484
Valor do Fundo	1 791 547	1 998 105
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)	428 468	3 621
Percentagem de cobertura	131,4%	100,2%

De acordo com a política contabilística definida na nota 1.3 j), a Sociedade procede ao cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma anualmente.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valores em 1 de janeiro	1 994 484	1 905 578
Reconhecido em resultados		
Custos do serviço corrente	95 559	103 630
Custos dos juros	27 923	24 773
Reconhecido em capitais próprios		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	2 133	(39 496)
Alteração de pressupostos	(757 021)	-
Valores em 31 de dezembro	1 363 079	1 994 484

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2022 pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valores em 1 de janeiro	1 998 105	1 916 315
Reconhecido em resultados		
Rendimento esperado do fundo de pensões	27 974	24 912
Reconhecido em capitais próprios		
Desvios de rendimento do fundo de pensões	(234 532)	46 517
Contribuições para o fundo	-	10 361
Valores em 31 de dezembro	1 791 547	1 998 105

A Sociedade não efetuou qualquer contribuição para o fundo de pensões relativa ao exercício de 2022 e efetuou relativa ao exercício de 2021 no valor de 10.361 €.

De referir que o fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões Viva", é gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 5,61% a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 5,14%).

Os ativos do fundo de pensões são apresentados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Ações	478 846	555 709
Obrigações	1 182 751	1 310 049
Imobiliário	58 859	64 242
Investimentos alternativos	3 139	4 617
Liquidez	67 952	63 488
	1 791 547	1 998 105

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no início	68 942	154 955
Alteração de pressupostos	(757 021)	99 414
Desvios de rendimento do fundo de pensões	234 532	(46 517)
Outros desvios	2 133	(138 910)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no final	(451 414)	68 942

Os custos e rendimentos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Custos dos serviços correntes	95 559	103 630
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(51)	(140)
	95 508	103 490

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
No início do exercício	3 621	10 736
Custos/(Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	51	142
Contribuição da Sociedade	-	10 361
Custo do serviço corrente	(95 559)	(103 630)
Ganhos/(Perdas) financeiras	(234 532)	46 515
Ganhos/(Perdas) atuariais	754 887	39 496
No fim do exercício	428 468	3 621

A duração das responsabilidades é de 19,8 anos (2021: 21,9 anos)

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios, considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na materialidade cujo impacto é analisado como segue:

	2022 (€)		2021 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25 % de variação)	(45 835)	48 512	(85 511)	91 326
Taxa de crescimento salarial (0,25 % de variação)	23 924	(23 289)	44 091	(42 770)
Taxa de crescimento pensões (0,25 % de variação)	25 236	(24 394)	45 695	(44 013)
Mortalidade (1 ano de variação)	(34 302)	33 774	(68 729)	69 115

b) Fundo de Pensões Montepio Geral – Montepio Valor

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, a Montepio Valor assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Como resultado da fusão da Montepio Valor com a Sociedade, estão registados nas contas desta última, os compromissos anteriormente assumidos.

Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2022 (€)	2021 (€)
Pressupostos Financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,50% durante 3 anos 0,75% restantes	0,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00% durante 3 anos 0,50% restantes	0,30%
Taxa de rendimento do fundo	4,26%	1,58%
Taxa de desconto	4,26%	1,58%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 - 1	TV 88/90
Mulheres	TV 90/01 - 2	TV 88/90 - 3
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projetado		

Taxas de crescimento e salários a pensões para os anos de 2023 a 2025, tendo em conta o atual enquadramento macroeconómico, foi considerada uma taxa de crescimento de salários

de 2,5% e pensões de 2%, para os restantes anos foi considerado 0,75% e 0,5% respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões era o seguinte:

Os participantes ativos no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2022	2021
Número de participantes ativos	8	9
	8	9

Atualmente no fundo, existem 26 participantes ex-ativos.

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Pessoal ativo	592 876	917 643
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pessoal ativo	75 207	100 109
Responsabilidades com benefícios por morte		
Pessoal ativo	2 073	3 553
Total das responsabilidades	670 156	1 021 304
Valor do Fundo	1 315 593	1 403 629
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)	645 437	382 325
Percentagem de cobertura	196,3%	137,4%

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	2022 (€)			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Valores em 1 de janeiro	917 642	100 109	3 553	1 021 304
Reconhecido em resultados				
Custos do serviço corrente	4 650	5 217	195	10 062
Custos dos juros	14 499	1 582	56	16 137
Reconhecido em capitais próprios				
(Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	34 689	(31 700)	(1 731)	1 257
Alteração de pressupostos	(357 390)			(357 390)
Contribuições para o fundo de pensões	2 555			2 555
Saídas fora do programa	(23 769)			(23 769)
Valores em 31 de dezembro	592 876	75 207	2 073	670 156

	2021 (€)			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Valores em 1 de janeiro	928 410	158 709	3 548	1 090 667
Reconhecido em resultados				
Custos do serviço corrente	(740)	5 877	207	5 343
Custos dos juros	10 677	1 825	41	12 543
Reconhecido em capitais próprios (Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(102 019)	(12 236)	(582)	(114 837)
Alteração de pressupostos	78 957	(54 066)	340	25 232
Contribuições para o fundo de pensões	2 356			2 356
Valores em 31 de dezembro	917 643	100 109	3 553	1 021 304

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

	2022 (€)
Valores em 1 de janeiro	1 403 629
Reconhecido em resultados	
Rendimento esperado do fundo de pensões	22 177
Reconhecido em capitais próprios	
Desvios de rendimento de fundos de pensões	(112 768)
Contribuições para o fundo de pensões	2 555
Valores em 31 de dezembro	1 315 593

De referir que o fundo de pensões, denominado "Fundo de Pensões Montepio Geral", é gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 0,17% a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 0,16%).

A rubrica Contribuições diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pelos colaboradores.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo são detalhados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Obrigações	917 272	957 871
Acções	261 458	287 082
Imobiliário directo	83 649	80 994
Outros títulos de rendimento variável	8 025	18 922
Liquidez	45 189	58 759
	1 315 593	1 403 629

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no início	393 184	279 054
	-	-
Alteração de pressupostos	357 390	114 837
Desvios de rendimento do fundo de pensões	(112 768)	24 524
Outros desvios	(1 257)	(25 232)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no final	636 549	393 184

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Custos dos serviços correntes	10 063	5 343
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(6 041)	12 543
Saídas fora do programa	(23 769)	-
	(19 747)	17 886

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
No início do exercício	382 325	270 428
Custos/(Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	6 041	3 110
Custo do serviço corrente	(10 063)	(5 343)
Saídas fora do programa	23 769	-
Ganhos/(Perdas) financeiras	(112 768)	24 524
Ganhos/(Perdas) actuariais	356 133	89 606
No fim do exercício	645 437	382 325

A duração das responsabilidades é de 22,7 anos (2021: 25,1 anos)

A análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na materialidade cujo impacto é analisado como segue:

	2022 (€)		2021 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(15 264)	16 224	(25 278)	27 140
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	21 998	(19 730)	34 109	(26 042)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	10 911	(10 351)	17 129	(16 126)
Contribuição para o SAMS (0,50% de variação)	5 459	(5 459)	5 394	(5 394)
Mortalidade (1 ano de variação)	(4 185)	4 011	(8 180)	(7 987)

c) *Fundo de Pensões Futuro Clássico – Montepio Valor*

Em 2020, a Montepio Valor assumiu o compromisso de conceder aos membros da sua Administração, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência através da criação de um Plano de Pensões.

Estas prestações consistem numa percentagem, consoante tenha havido até 5 ou mais anos de exercício no cargo, sobre a retribuição auferida pelos Vogais do Conselho de Administração.

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas; e (ii) a *duration* das responsabilidades.

Em resultado da fusão da Sociedade com a Montepio Valor, estes montantes estão reconhecidos nas contas da Montepio Gestão de Activos.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2022 (€)	2021 (€)
Pressupostos Financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Taxa de desconto	4,20%	1,15%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3	TV 88/90 - 3
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projetado		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2022	2021
Número de participantes ex-ativos da Montepio Valor	3	3
	3	3

As responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades		
Pessoal ativo	475 537	717 690
Valor do Fundo	791 292	740 205
Ativos/ (Responsabilidades) líquidas em balanço (nota 16)	315 755	22 515
Percentagem de cobertura	166,4%	103,1%

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma é analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valores em 1 de janeiro	717 690	615 384
Reconhecido em resultados		
Custos do serviço corrente	120 322	129 044
Custos dos juros	10 407	7 077
Reconhecido em capitais próprios (Ganhos) e perdas actuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(34 464)	8 246
Alteração de pressupostos	(338 419)	(42 061)
Valores em 31 de dezembro	475 537	717 690

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Valores em 1 de janeiro	740 205	615 474
Reconhecido em resultados		
Rendimento esperado do fundo de pensões	10 733	4 731
Reconhecido em capitais próprios		
Desvios de rendimento de fundos de pensões	(79 647)	
Contribuições para o fundo de pensões	120 000	120 000
Valores em 31 de dezembro	791 292	740 205

O plano de pensões é financiado pela Adesão Coletiva ao Fundo de Pensões Futuro Clássico gerido pela "Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A." no qual a Sociedade participa em 8,66% a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 7,91%).

A rubrica de "Contribuições para o fundo de pensões" diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pela Sociedade.

Os ativos do Fundo de Pensões repartidos por tipo, são detalhados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Obrigações	666 601	608 726
Ações	85 754	88 553
Imobiliário	11 201	9 210
Outros títulos de rendimento variável	1 627	1 674
Liquidez	26 109	32 041
	791 292	740 205

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no início	31 468	-
	-	-
Alteração de pressupostos	338 418	42 062
Desvios de rendimento do fundo de pensões	(79 647)	(2 347)
Outros desvios	34 464	(8 246)
Desvios actuariais positivos / (negativos) no final	324 703	31 468

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
Custos dos serviços correntes	120 322	129 044
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(326)	(1)
	119 995	129 043

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue:

	2022 (€)	2021 (€)
No início do exercício	22 515	90
Custos/(Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	326	1
Contribuição do associado	120 000	120 000
Custo do serviço corrente	(120 322)	(129 044)
Ganhos/(Perdas) financeiras	(79 647)	(2 347)
Ganhos/(Perdas) atuariais	372 882	33 816
No fim do exercício	315 755	22 515

À data de 31 de dezembro de 2022, a *duration* das responsabilidades ascende a 17,4 anos (31 de dezembro de 2021: 19,3 anos).

A análise da sensibilidade a uma variação de 25 pontos base nos pressupostos financeiros e de 1 ano na materialidade cujo impacto é analisado como segue:

	2022 (€)		2021 (€)	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(17 753)	18 770	(32 629)	34 819
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	-	-	-	-
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	12 488	(12 017)	22 769	(21 783)
Mortalidade (1 ano de variação)	(12 623)	12 361	(24 541)	24 478

24 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas detalhadas no quadro seguinte, os Fundos de Pensões que cobrem as responsabilidades com pensões, os membros do Órgão de Administração enquanto pessoal chave de gestão. Para além dos membros do Órgão de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

A lista das partes relacionadas da Sociedade apresenta-se como segue:

Acionista

Montepio Geral Associação Mutualista
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.
Fundação Montepio Geral
Lusitania Vida, Companhia Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia Seguros, S.A.

Conselho de Administração

João Carlos Carvalho das Neves
Francisco Jose Gonçalves Simões
José António Fonseca Gonçalves
Maria Margarida Pontes Ribeiro de Andrade
Nuno Augusto Pereira Coelho

Outras partes relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão Activos S.A.
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
CESource ACE
Clínica CUF de Belém, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Finibanco Angola, S.A.
Fundo de Pensões Futuro Clássico
Fundo de Pensões Montepio Geral
Fundos de investimento imobiliário
Fundinvest - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Imomavãs - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Imourbe - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Valor Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Valor Prime - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

Outras partes relacionadas

Fundos de investimento mobiliário

Montepio Ações EUA - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Ações Europa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Euro Financial Services - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Euro Utilities - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Multi Gestão Dinâmica - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Multi Gestão Equilibrada - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações
Montepio Multi Gestão Prudente - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações
Montepio Obrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações
Montepio Taxa Fixa - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações
Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
In Posterum - ACE
Leacock Prestação de Serviços, Lda
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Montepio Holding SGPS, S.A.
Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Seguros SGPS, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
N Seguros, S.A.
Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Nebra Energias Renovables, S.L.
Novacambios - Instituição de Pagamento, S.A.
Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.
SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho, S.A.
SILVIP - Soc. Gestora Fundos Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssaginentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.



Em 31 de dezembro de 2022 a decomposição dos ativos, passivos, custos e proventos relativos a operações realizadas com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Montepio Holding	Fundo de pensões Futuro Clássico	Fundos Imobiliários	Fundos mobiliários	Montepio Crédito	Futuro - SGFP, S.A.	Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE	Lusitânia Companhia de Seguros	SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho	Lusitania Vida, Companhia Seguros	Total
	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)
Ativo													
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6 262 604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 262 604
Ativos sob direito de uso	-	17 380	-	-	-	-	41 924	-	-	-	-	-	59 304
Ativos de contratos com clientes	-	7 281	-	-	299 861	68 330	-	381 666	-	-	-	-	757 138
Outros ativos	-	2 378	-	120 000	-	-	-	-	-	44 351	-	-	166 729
	6 262 604	27 039	-	120 000	299 861	68 330	41 924	381 666	-	44 351	-	-	7 245 775
Passivo													
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de locação	-	18 715	-	-	-	-	44 944	-	-	-	-	-	63 658
Outros passivos	4 777	12 745	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 521
	4 777	31 459	-	-	-	-	44 944	-	-	-	-	-	81 180
Proventos													
Juros e rendimentos similares	6 519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 519
Rendimentos de serviços e comissões	-	25 442	-	-	3 282 985	703 961	-	1 509 855	-	-	-	-	5 522 243
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6 519	25 442	-	-	3 282 985	703 961	-	1 509 855	-	-	-	-	5 528 763
Custos													
Depreciações ativos sob direito de uso	-	26 213	-	-	-	-	32 173	-	-	-	-	-	58 386
Juros de locação	-	1 069	-	-	-	-	2 537	-	-	-	-	-	3 606
Ercargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	73 955	52 189	-	-	-	-	40 806	-	53 721	15 202	1 850	9 396	237 762
Custos com pessoal	544 368	-	-	-	-	-	-	-	-	44 683	-	598 447	598 447
	618 363	79 471	-	-	-	-	75 516	-	53 721	59 885	1 850	9 396	898 201




Em 31 de dezembro de 2021 a decomposição dos ativos, passivos, custos e proveitos relativos a operações realizadas com partes relacionadas com a Sociedade é a seguinte:

	Caixa Económica	Montepio Geral	Montepio Associação Mutualista	Fundos Mobiliários	Montepio Crédito	Futuro - SGFP, S.A.	Lusitânia Companhia de Seguros	SAGIES - Segurança e Higiene No Trabalho	Lusitânia Vida, Companhia Seguros	Total
	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)	(€)
Ativo										
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	970 866	-	-	-	-	-	-	-	-	970 866
Ativos sob direito de uso	-	43 593	-	-	15 505	-	-	-	-	59 098
Ativos de contratos com clientes	-	8 142	-	53 917	-	734 552	-	-	-	796 611
Outros ativos	-	2 368	-	-	-	-	30 407	-	-	32 775
	970 866	54 103	53 917	53 917	15 505	734 552	30 407	-	-	1 859 351
Passivo										
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	58 689	-	-	17 475	-	-	-	-	76 164
	-	58 689	-	-	17 475	-	-	-	-	76 164
Proveitos										
Juros e rendimentos similares	238	-	-	-	-	-	-	-	-	238
Rendimentos de serviços e comissões	-	20 275	-	530 776	-	2 280 411	-	-	-	2 831 462
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	238	20 275	530 776	-	-	2 280 411	-	-	-	2 831 700
Custos										
Depreciações ativos sob direito de uso	-	33 729	-	-	7 828	-	-	-	-	41 557
Juros de locação	-	2 600	-	-	965	-	-	-	-	3 565
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	19 125	53 511	-	-	13 931	-	2 545	863	-	89 975
Custos com pessoal	-	(157 512)	-	-	-	-	33 709	-	7 131	(116 672)
	19 125	(67 672)	-	-	22 724	-	36 254	863	7 131	18 425

Os custos com as Remunerações e Outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Gestão e de fiscalização, bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 5.

[Assinatura]
103
[Assinatura]

25 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da Sociedade.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao custo amortizado é apresentada como segue:

	2022		
	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	3 657 368
Aplicações em instituições de crédito	-	-	2 605 236
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	1 423	1 423	1 353
	1 423	1 423	6 264 430

	2021	
	Custo amortizado	Valor contabilístico
		Justo valor
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	836
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	970 866
Aplicações em instituições de crédito	-	2 000 238
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	816	700
	816	2 972 640

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros da Sociedade, o seu justo valor com referência a 31 de dezembro de 2022:

	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo
				Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	3 657 368
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2 605 236
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	1 353	-	-	1 353
	1 353	-	-	6 264 430

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros da Sociedade, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2021:

	2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo
				Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	836
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	970 866
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2 000 238
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	700	-	-	700
	700	-	-	2 972 640

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados

observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

A Sociedade considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e,
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

26 Ativos e Passivos contingentes e outros compromissos

- *Passivos contingentes e outros compromissos*

Em 31 de dezembro de 2022 não existem outros compromissos assumidos, além dos divulgados nas restantes notas, ou passivos contingentes.

- *Ativos contingentes*

A Sociedade fez uma reclamação graciosa, no montante total de 37 241,83€, onde peticionou

o reembolso do imposto do selo pago nos períodos de 2019, 2020 e 2021 sobre as comissões de comercialização cobradas pelas entidades comercializadoras das unidades de participações dos fundos geridos. A Administração considera que é provável um influxo de benefícios económicos, atendendo à expectativa favorável relativamente ao reembolso baseada no desfecho favorável de outras situações similares ocorridas na indústria.

27 Gestão de riscos

A Sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos que potencialmente podem afetar a sua atividade. De uma forma geral, os riscos mais significativos a que podem impactar a atividade da Sociedade são: (i) o risco de crédito, (ii) o risco de mercado, (iii) o risco de operacional e (iv) o risco de liquidez.

O Conselho de Administração monitoriza de uma forma regular estes riscos, tomando as medidas que considera adequadas para a sua gestão e mitigação.

A Sociedade só adquire para a sua carteira própria títulos de dívida pública pelo que o risco de crédito é muito baixo.

28 Consolidação

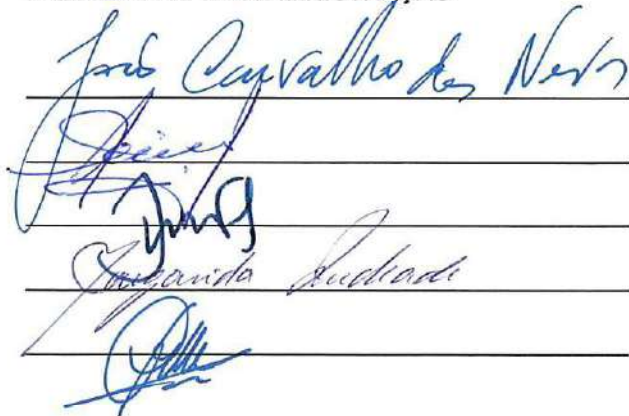
As contas da Sociedade relativas aos exercícios de 2021 e 2022 são consolidadas com a Montepio Geral Associação Mutualista, a qual detém 99,85625% do capital da Sociedade.

29 Acontecimentos após data de balanço

Após o fecho do exercício, não se verificaram transações e/ou eventos significativos que mereçam relevância de divulgação e/ou de registo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Lisboa, 14 de abril de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures of the Board of Directors members over horizontal lines.

4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., nos termos regulamentares e das suas competências estatutárias, vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e dois e emitir Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Sociedade, contactando regularmente com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

Os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas aplicáveis e que o Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Empresa.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas e com uma ênfase.

Em resultado dos trabalhos efetuados, o Conselho Fiscal concorda com o teor da Certificação legal das contas emitida pela PwC SROC e dá parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas da Sociedade relativos ao ano 2022.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.



Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer de que sejam:

- 1- Aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e dois;
- 2- Aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Conferido um voto de louvor ao Conselho de Administração e à Comunidade de Trabalho, pelo empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 18 de abril de 2023

O Conselho Fiscal



José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni

Presidente



Paula Alexandra Flores Noia da Silveira

Vogal



Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Vogal

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.451.398 euros e um total de capital próprio de 7.305.274 euros, incluindo um resultado líquido de 329.953 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota introdutória e na nota 1.1 do anexo às demonstrações financeiras, no dia 15 de dezembro de 2022 ocorreu a fusão por incorporação da Montepio Valor - SGOIC, S.A. na Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022, implicando a extinção jurídica da primeira.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário (Fundos), por cuja gestão a Entidade era responsável àquela data, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que oportunamente emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria (Relatórios) sem reservas. Nas circunstâncias, salientamos que a nossa análise do potencial impacto para as demonstrações financeiras da

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 699 000, Fax: +351 213 699 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



Entidade de eventuais ocorrências ao nível dos Fundos, baseou-se nas informações obtidas do órgão de gestão da Entidade, na qualidade de sociedade gestora, do respetivo órgão de fiscalização e do auditor dos Fundos, assim como na análise dos Relatórios por este emitidos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

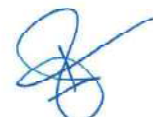
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

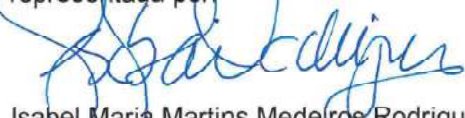
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

14 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Isabel Maria Martins Medeiros Rodrigues, ROC n.º 952
Registado na CMVM com o n.º 20160569



Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matricula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt